



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA, por seu PRESIDENTE, Vereador Antônio Justino Filho, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 42 da Resolução nº 865, de 27 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, e observando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 49/2005, que Institui o Quadro de Pessoal da Câmara Municipal e dá Outras Providências, torna pública a abertura das inscrições para Concurso Público destinado à seleção de Servidores para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será regido por este Edital, seus anexos e seus eventuais aditamentos, bem como pelas instruções, comunicações e convocações dele decorrentes, obedecidas as legislações pertinentes e visando ao preenchimento de vagas para o Quadro Permanente da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e de futuras vagas a serem providas durante o prazo de validade do Concurso Público, de acordo com a necessidade e a conveniência da Câmara, sendo que sua execução realizar-se-á sob a responsabilidade técnica e operacional da Fundação Mariana Resende Costa - FUMARC, com apoio da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, situada à rua Ângelo Perilo, 35, Centro, em Lagoa da Prata – MG, CEP:35590-048.

1.2. A seleção dos candidatos por cargo dar-se-á neste Concurso Público conforme descrita no quadro abaixo:

Etapas	Prova	Cargo	Eliminatória	Classificatória
1ª Etapa	Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Todos os cargos	Sim	Sim
2ª Etapa	Redação	Agente Administrativo	Sim	Sim
	Aberta (2 Questões Discursivas)	Assistente Administrativo e Controlador Interno	Sim	Sim
3ª Etapa	Títulos	Controlador Interno	Não	Sim

1.3. A participação do candidato implicará no conhecimento e na aceitação das instruções e das condições deste Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste Edital e seus anexos e nas normas legais mencionadas e aplicadas à espécie, com a garantia do contraditório e da ampla defesa, extensivo a eventuais aditamentos, comunicados, instruções e convocações relativas ao Concurso Público, que passarão a fazer parte deste Edital como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.4. A publicidade deste Edital, bem como de suas retificações dar-se-á nos termos da Súmula 116, do TCE/MG, sendo no mínimo e cumulativamente as publicações nos endereços eletrônicos e redes sociais da Câmara Municipal de Lagoa da Prata <www.lagoadaprata.mg.leg.br>, Diário da Associação Mineira de Municípios <www.diariomunicipal.com.br/amm-mg> em jornal de grande circulação, bem como divulgadas no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>.

1.4.1. Todas as demais publicações oficiais referentes a este Concurso Público, notadamente os atos decisórios serão divulgados em todos os meios previstos na Súmula nº 116/2011 do TCE/MG.

1.4.2. Aos candidatos cumpre o dever e a exclusiva responsabilidade de acompanhar as referidas publicações e divulgações nos meios elencados no item 1.4 deste Edital.

1.5. Até a homologação, a **FUMARC** prestará informações e esclarecimentos ao candidato pelos seguintes meios:

- **FUMARC** - Av. Francisco Sales, 540 - bairro Floresta - Belo Horizonte – MG, dias úteis, das 9h às 12h e das 13h às 17h.
- Endereço Eletrônico: <www.fumarc.com.br>
- Telefones: (31) 3249-7455 / 3249-7404, dias úteis, de 9h às 12h e de 13h às 17h.

1.6. O candidato, ao efetuar sua inscrição neste Concurso Público, autoriza que a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** disponham de seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, para finalidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e suas alterações.

- 1.6.1.** No momento da inscrição ou isenção, o candidato deverá assinalar a concordância com os termos que constam neste Edital, bem como declarar que aceita que os seus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, incluindo-se publicação em jornais, divulgação de material através de e-mail e redes sociais, imagens expostas em redes sociais públicas, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do Concurso Público, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição e notas, em observância aos princípios de publicidade e transparência que regem a Administração Pública e nos termos do Decreto do Estado de Minas Gerais nº 48.237, de 22 de julho de 2021 (que dispõe sobre a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo).
- 1.7.** Todos os horários definidos neste edital e seus eventuais aditamentos e retificações, assim como nas comunicações e convocações dele decorrentes, têm como referência o horário oficial de Brasília-DF.
- 1.8.** Regime Jurídico de Trabalho: Celetista, nos termos previstos na legislação vigente e nas normas internas da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG.
- 1.9.** Local de Trabalho: No âmbito da Câmara Municipal de Lagoa da Prata/MG e de acordo com as necessidades da Câmara.
- 1.10.** Benefícios:
- a) Vale alimentação >** Lei Municipal nº 3.769/2023 <sapl.lagoadaprata.mg.leg.br/norma/5397>;
 - b) Plano de Saúde >** Lei Municipal 3.859/2023 <sapl.lagoadaprata.mg.leg.br/norma/5420>.
- 1.11.** O Concurso Público terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado, uma vez, por igual período, a critério da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**.
- 1.12.** As vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade deste Concurso Público serão preenchidas observando a ordem de classificação final.
- 1.13.** O envio de documentos previstos neste Edital será feito por meio de upload por link específico disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>.
- 1.13.1.** Os documentos digitalizados deverão estar legíveis, sob pena de serem considerados inválidos para fins de análise.
- 1.13.2.** Somente serão aceitos para *upload*, documentos nas extensões “JPG”, “PNG” ou “PDF”, no tamanho máximo de 3MB, por item, conforme nomenclatura do mesmo.
- 1.13.3.** Não serão aceitos documentos encaminhados via postal, correio eletrônico ou por requerimento administrativo, salvo aqueles determinados pela **Câmara Municipal de Lagoa de Prata/MG** ou determinação judicial.
- 1.14.** Os certames para cada cargo regidos por este Edital são independentes.

2 – DOS CARGOS

- 2.1.** Os cargos objetos deste Concurso Público, a qualificação necessária e o número de vagas, encontram-se especificados no quadro abaixo:

Cargo	Escolaridade	Vagas		
		Ampla Concorrência	PCD	Negros
Agente Administrativo	Ensino Médio Completo	3	-	1



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



Assistente Administrativo	Ensino Superior Completo em qualquer área	1	-	-
Controlador Interno	Ensino Superior Completo em Direito, Contabilidade ou Administração	1	-	-

2.1.1. Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência para provimento imediato, em razão do quantitativo de vagas oferecido.

2.1.2. Aos candidatos com deficiência é garantido o direito de se inscreverem neste concurso. Surgindo novas vagas, a cada 20 (vinte) nomeações de candidatos aprovados, será nomeado 1 (um) candidato pessoa com deficiência, obedecida a classificação da lista de pessoas com deficiência aprovadas, durante o prazo de validade do concurso, obedecido o disposto no Parágrafo Único da Lei Complementar Municipal nº 55/2005 e no Inciso VIII do Art. 37 da Constituição Federal/88.

2.2. Sumários das atribuições dos cargos:

2.2.1. Agente Administrativo

Remuneração: **R\$ 3.492,68** (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta e oito centavos)

Carga Horária: 30 horas semanais

Requisito: Ensino Médio Completo

Resumo atribuições:

1. Prestar serviços de digitação;
2. Organizar e manter atualizados cadastros, arquivos e outros instrumentos de controle administrativo;
3. Coletar, apurar, selecionar e calcular dados para elaboração de quadros estatísticos e demonstrativos;
4. Redigir correspondências interna e externa;
5. Realizar levantamento e análise de dados para pareceres e informações em processos e outros atos relacionados com as atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Lagoa da Prata;
6. Prestar serviço de atendimento ao público;
7. Recepcionar membros da comunidade, visitantes, executar serviços administrativos que envolvam raciocínio, interpretação de Leis e normas administrativas;
8. Executar atribuições previstas no setor administrativo e financeiro em atendimento ao Princípio da Segregação de Funções, respeitando os níveis salariais de acordo com as atribuições e responsabilidades dos cargos;
9. Controlar a entrada e saída de pessoas no local de trabalho; receber e transmitir mensagens telefônica e fax; receber coletar e distribuir correspondência documentos, mensagens, encomendas; coletar assinaturas de documentos diversos de acordo com as necessidades da unidade;
10. Executar atividades afins.
11. Conhecimento do Serviço a ser executado.

2.2.2. Assistente Administrativo

Remuneração: **R\$ 4.806,33** (quatro mil, oitocentos e seis reais e trinta e três centavos).

Carga Horária: 30 horas semanais

Requisito: Ensino Superior Completo em qualquer área

Resumo atribuições:

1. Executar serviços de digitação e alimentação de dados em programas de informática;
2. Realizar levantamento e análise de dados para pareceres e informações em processos e outros atos relacionados com as atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Lagoa da Prata;
3. Redigir correspondências interna e externa;
4. Minutar atos administrativos;
5. Proceder registro e controle de tramitação de processos e documentos relativos à sua área de trabalho;
6. Zelar pelo cumprimento das normas e rotinas inerentes à sua área de trabalho, propondo, sempre que necessário, medidas e sugestões para o seu aprimoramento;
7. Proceder a manutenção e guarda de documentos e atos administrativos através da organização e atualização de arquivos, fichários, cadastros e dados sob a responsabilidade de sua área de trabalho;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



8. Gerir o arquivo e documentação da Câmara;
9. Executar atribuições previstas no Departamento Administrativo e financeiro em atendimento ao Princípio da Segregação de Funções, respeitando os níveis salariais de acordo com as atribuições e responsabilidades dos cargos;
10. Auxiliar direta ou indiretamente a Assessoria Jurídica ou Procuradoria da Câmara Municipal no Processo Legislativo e nas atividades parlamentares da Câmara Municipal;
11. Assessorar as Comissões para que for designado;
12. Executar atividades afins.
13. Conhecimento do Serviço a ser executado.

2.2.3. Controlador Interno

Remuneração: **R\$ 4.806,33** (quatro mil, oitocentos e seis reais e trinta e três centavos).

Carga Horária: 30 horas semanais

Requisitos: Ensino Superior Completo em Direito, Contabilidade ou Administração

Resumo atribuições:

1. Centralizar a fiscalização da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, visando à utilização racional do serviço público;
2. Acompanhar a execução de projetos e atividades, bem como a aplicação de recursos públicos;
3. Executar auditoria administrativa e operacional junto ao Poder Legislativo Municipal;
4. Organizar, acompanhar, orientar e fiscalizar as licitações realizadas pela Câmara Municipal de Lagoa da Prata;
5. Assessorar a Presidência da Câmara na fiscalização e controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, visando à utilização racional do serviço público;
6. Exercer outras atribuições da área e outras que lhe forem cometidas pela Presidência do Poder Legislativo Municipal.
7. Conhecimento do serviço a ser executado.

3 – DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** O candidato aprovado neste Concurso Público será nomeado de acordo com a necessidade e conveniência da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, Minas Gerais, se atendidas às seguintes exigências:
- a)** ter sido aprovado e classificado neste Concurso Público;
 - b)** ser brasileiro nato ou naturalizado e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica;
 - c)** ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos, na data de contratação;
 - d)** encontrar-se no pleno exercício dos direitos civis e políticos;
 - e)** estar em dia com as obrigações eleitorais;
 - f)** estar em dia com as obrigações militares, sendo candidato do sexo masculino;
 - g)** possuir a escolaridade/requisitos exigidos para o cargo pretendido, de acordo com o disposto no item 2 deste Edital, apresentando a devida documentação comprobatória na data da contratação, inclusive no que se refere à inscrição no órgão de classe competente, quando exigido;
 - h)** cumprir as determinações deste Edital;
 - i)** ter aptidão física e mental e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual se inscreveu. Para tanto, poderá ser submetido a exames adicionais realizados por profissionais da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** ou por ela indicados;
 - j)** apresentar atestado de bons antecedentes criminais;
 - k)** atender aos requisitos mínimos estabelecidos para cada cargo.
 - l)** apresentar certidões negativas cível e criminal, no mínimo relativas aos últimos oito (08) anos, de todo e qualquer domicílio adotado pelo candidato no mesmo período, fornecidas pelos órgãos de distribuição de 1º grau da Justiça Federal e Estadual, e também Militar;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



m) não estar enquadrado em nenhum artigo da Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa.

3.2. O candidato aprovado que, na data da convocação, não reunir ou não comprovar os requisitos elencados no item 3.1, perderá o direito à nomeação.

4 – DAS INSCRIÇÕES

4.1. Disposições gerais:

4.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente por meio da internet no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> e na forma descrita neste Edital.

4.1.2. Antes de efetuar a Inscrição e/ou solicitar Isenção da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

4.1.3. O candidato deverá possuir, obrigatoriamente, Cadastro de Pessoa Física – CPF e documento de identidade, com número de registro geral, emitido por órgão do Estado de origem, cujos números deverão ser informados em campos próprios constantes do Requerimento de Inscrição ou Isenção.

4.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional e extemporânea. Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, inscrições condicionadas a outros atos, bem como apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

4.1.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por fax, via postal, correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital e seus anexos.

4.1.6. A isenção, a inscrição e o valor pago referente à taxa de inscrição são pessoais e intransferíveis.

4.1.7. O pagamento da taxa de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público.

4.1.8. Será permitida a inscrição ou isenção para dois cargos, desde que sejam de diferentes níveis de escolaridade, sendo obrigação do candidato observar as informações sobre o turno de realização das provas.

4.1.8.1. Para efetuar a inscrição ou isenção para 2 cargos, conforme item 4.1.8, o candidato deverá repetir os processos estabelecidos nos itens 4.2, 4.4, 4.5 e 4.6 e seus respectivos subitens para cada cargo pretendido.

4.1.8.2. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta, de um mesmo candidato, para os cargos de Assistente Administrativo e/ou Controlador Interno, prevalecerá à última inscrição ou isenção cadastradas, ou seja, a de data e horário mais recentes. As demais isenções ou inscrições realizadas serão desconsideradas e/ou canceladas.

4.1.9. Após confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato no Requerimento de Inscrição ou isenção, não serão aceitos:

- a) Alteração do cargo pretendido, indicado pelo candidato no Requerimento de Inscrição ou isenção;
- b) Transferências de inscrições ou da isenção do valor da taxa de inscrição entre pessoas;
- c) Transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas;
- d) Alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de pessoa com deficiência e/ou de pessoa negra ou parda.

4.1.10. O candidato para consultar ou acompanhar as informações de sua inscrição ou isenção deverá acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, no link disponibilizado, com seu número de inscrição/controle.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.1.11.** A não comprovação do pagamento da taxa de inscrição, o pagamento efetuado em quantia inferior ou fora do prazo informado neste edital, determinará o cancelamento automático da Inscrição.
- 4.1.12.** As informações constantes no Requerimento de Inscrição ou Isenção são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto.
- 4.1.13.** As declarações falsas ou inexatas dos dados constantes no Requerimento de Inscrição ou Isenção ou falsidade de qualquer declaração, que comprometam a lisura do certame, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, sendo garantido ao candidato o direito à ampla defesa.
- 4.1.14.** A **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** não se responsabilizam por inscrições não recebidas por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário, ressalvado, para tanto, quando a responsabilidade for atribuível exclusivamente aos organizadores do Concurso Público.
- 4.1.15.** A veracidade dos dados informados no ato da inscrição ou isenção são de exclusiva responsabilidade do candidato.

4.2. Procedimentos para inscrição e formas de pagamento

4.2.1. O valor correspondente à Taxa de Inscrição será de:

- a)** Nível Médio > **R\$60,00** (sessenta reais);
- b)** Nível Superior > **R\$80,00** (oitenta reais);

4.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas, exclusivamente, via internet, a partir das **09h00min (horário de Brasília) do dia 19 de fevereiro de 2024 às 23h59min do dia 19 de março de 2024**, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **Concurso Público Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, clicar em "**Faça sua Inscrição**", conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

- a)** Preencher o Requerimento de Inscrição, selecionando a opção do cargo para o qual concorrerá, dentre os constantes no item 2, deste Edital;
- b)** Conferir os dados cadastrados, confirmá-los e transmiti-los pela internet;
- c)** Gerar e imprimir o boleto bancário, que estará disponível para impressão somente no período de inscrição;
- d)** Efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no item 4.2.1, correspondente ao cargo pretendido, **até o dia 20 de março de 2024**.

4.2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado um Posto de Atendimento com computador e impressora e acesso à internet, nos dias úteis do período de inscrição, das 12h00min às 17h00min, na **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** – Rua Ângelo Perilo, 35, Centro, em Lagoa da Prata – MG. Para outros horários, será necessário agendamento exclusivamente pelo telefone: (37) 3261-1577.

4.2.3. A eventual impressão da 2ª via do boleto bancário, que ficará disponível **até às 15 horas do dia 20 de março de 2024**, somente será possível, se o candidato tiver concluído a sua inscrição, como determinado neste edital.

4.2.4. O boleto bancário ou 2ª via do boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago **até o dia 20 de março de 2024**.

4.2.5. O candidato, para efetivar sua inscrição, deverá, obrigatoriamente, efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, **até o dia 20 de março de 2024**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.2.6.** Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado neste Edital.
- 4.2.7.** A impressão do boleto bancário ou de sua segunda via em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.
- 4.2.8.** A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à **FUMARC**, pela instituição bancária, do pagamento do valor da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente desconsiderada a Inscrição em que o pagamento não for comprovado, for feito a menor ou efetuado após **a data de 20 de março de 2024**, estabelecida neste Edital.
- 4.2.9.** Não será aceito pagamento da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, TED, PIX, cheque, cartão de crédito, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.
- 4.2.10.** O boleto bancário devidamente quitado, sem rasuras, emendas e outros, será o comprovante de requerimento de inscrição provisório do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento – **20 de março de 2024** não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da taxa de inscrição.
- 4.2.11.** Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar e comprovar o pagamento da taxa de inscrição até a data limite do vencimento – **20 de março de 2024** e nos termos do presente Edital, bem como as inscrições deferidas através das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 4.2.12.** A listagem dos candidatos que tiverem as suas inscrições deferidas será divulgada no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> **até o dia 26 de março de 2024**.
- 4.2.12.1.** Nos casos em que o candidato tiver sua inscrição indeferida por falta ou inconsistência no pagamento do valor da taxa de inscrição, o mesmo deverá se manifestar formalmente por meio de recurso previsto neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.3. Da devolução da taxa de inscrição

- 4.3.1.** A importância relativa ao valor da taxa de inscrição poderá ser devolvida nas hipóteses de:
- a)** Cancelamento ou suspensão do concurso, previstos na Lei Estadual nº 13.801, de 26 de dezembro de 2000.
 - b)** Pagamento extemporâneo;
 - c)** Pagamento em duplicidade do mesmo boleto;
 - d)** Pagamento com valor em desconformidade com o do valor da inscrição;
 - e)** Alteração na data das provas;
 - f)** Exclusão do cargo oferecido neste Edital.
- 4.3.2.** O valor somente será devolvido se solicitado conforme disposto neste Edital, e, após análise do Requerimento de Devolução e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Comissão do Concurso Público.
- 4.3.3.** Nos casos de suspensão deste Concurso Público em que já tenha sido realizada a prova na data prevista, o candidato não terá direito à devolução do valor da inscrição, garantido o contraditório.
- 4.3.4.** Nos casos de cancelamento do Concurso Público, mesmo que já tenha sido realizada a prova, o candidato terá direito à devolução do valor da inscrição.
- 4.3.5.** O candidato deverá preencher, assinar e digitalizar o Requerimento para Devolução da Inscrição – **Anexo II**, disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



4.3.5.1. No Requerimento de Devolução, o candidato deverá informar os seguintes dados:

- a) Motivação para solicitação da devolução, conforme previstos neste edital;
- b) Nome completo, número da identidade, do CPF, e da inscrição do candidato;
- c) Nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;
- d) Números de telefones, com código de área, para eventual contato;
- e) Endereço completo, inclusive CEP.

4.3.5.2. O Requerimento de Devolução da Taxa de Inscrição, devidamente preenchido e assinado pelo candidato, acompanhado da cópia de seu documento de identidade e do comprovante de pagamento da inscrição deverão ser digitalizados e encaminhados pelo e-mail <fconcursosatendimento@pucminas.br>, colocando no assunto: DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO – CONCURSO CÂMARA DE LAGOA DA PRATA, dentro dos prazos de:

- a) 30 (trinta) dias úteis após a publicação do Ato de cancelamento, suspensão do Concurso Público ou divulgação da data da prova, para os pedidos de devolução nos termos do item 4.3.1, alíneas “a”, ou
- b) 15 (quinze) dias úteis após o encerramento do período de inscrições, para os pedidos de devolução nos termos do item 4.3.1, alíneas “b”, “c” e “d”.

4.3.6. Para validade da solicitação, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos no item 4.3.5.2, alíneas “a” e “b” neste Edital.

4.3.7. É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor da inscrição, não podendo atribuir à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** ou à **FUMARC** a responsabilidade pela impossibilidade de devolução, caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

4.3.8. O depósito bancário de devolução da taxa de inscrição não será realizado em conta salário ou conta poupança.

4.3.9. Nos casos previstos no item 4.3.1, alínea “a”, o valor a ser devolvido ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM ou por outro índice que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva devolução.

4.3.10. O candidato que não requerer a devolução do valor da taxa de inscrição nos termos estabelecidos neste Edital, não poderá requerê-la posteriormente.

4.4. Da Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição

4.4.1. Para solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição, o candidato deverá observar rigorosamente as condições previstas neste Edital.

4.4.2. Poderá requerer a Isenção da taxa de inscrição, o candidato que pertença a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, de que trata Decreto Federal nº 11.016, de 2022, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional vigente, ou que se **comprovar desempregado**, ou que seja doador regular de sangue, estas duas últimas hipóteses em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999.

4.4.2.1. Para obter a isenção na condição de doador regular de sangue, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999, o candidato deverá comprovar ter doado sangue em órgão oficial ou entidade credenciada pela União, pelo Estado ou por Município, no mínimo duas vezes ao ano, por, pelo menos, dois anos, mediante a apresentação de documento emitido pela entidade coletora no qual constem as datas das doações.

4.4.3. No Requerimento de Isenção de Taxa que deverá ser impresso, assinado e enviado, o candidato firmará declaração que se encontra em condição de hipossuficiência econômico-financeira e que sua situação econômico financeira não permite pagar o valor da inscrição neste Concurso Público, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.4.4.** O candidato para requerer a isenção do valor de inscrição deverá acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, exclusivamente, **das 09h00min do dia 19 de fevereiro de 2024 às 23h59min do dia 21 de fevereiro de 2024** e proceder da seguinte forma:
- Clicar em “Faça sua Inscrição”, preenchendo todos os dados exigidos;
 - Após preenchimento e confirmar os dados, clicar em “Solicitar Isenção”;
 - Imprimir o Requerimento de Isenção de Taxa, assiná-lo, marcar a condição em que se enquadra e instruí-lo com a documentação comprobatória pertinente.
- 4.4.5.** Para obter a isenção na condição de hipossuficiência econômica financeira o candidato deverá comprovar ser inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, informando em campo específico o Número de Identificação Social – NIS válido atribuído pelo CadÚnico, pertencente ao candidato ou ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 2022.
- 4.4.6.** Para comprovar estar inscrito no CadÚnico, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico <<https://cadunico.dataprev.gov.br/#/home>>, gerar o “Comprovante de Cadastro no CadÚnico” e enviá-lo juntamente com o Requerimento de Isenção assinado, por meio de link específico.
- 4.4.7.** O cadastro deverá ser válido e reconhecido no sistema do órgão gestor, não sendo aceito tão somente o protocolo de cadastramento no CadÚnico e a Folha Resumo Cadastro Único – V7.
- 4.4.8.** Para obter a isenção na condição de desempregado, em cumprimento à Lei Estadual nº 13.392, de 1999, o candidato NÃO poderá se enquadrar em qualquer das situações a seguir:
- possuir vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
 - possuir vínculo estatutário vigente com o poder público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
 - possuir contrato de prestação de serviços vigente com o poder público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
 - exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma;
 - encontrar-se em gozo de benefício previdenciário de prestação continuada, exceto o proveniente de seguro-desemprego;
 - dispor de recursos para o pagamento da inscrição, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.
- 4.4.9.** Para fins da comprovação da condição de desempregado, no processo de inscrição, o candidato deverá digitalizar e enviar:
- requerimento de isenção da taxa de inscrição, declarando que não se enquadra nas situações a que se refere do item 4.4.8, conforme o modelo indicado, devidamente preenchido, datado e assinado pelo candidato, que responderá civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração;
 - cópia das páginas da CTPS: referente a foto, qualificação civil, página referente ao primeiro contrato de trabalho, página do último contrato de trabalho com o registro de saída e página posterior ao último contrato de trabalho em branco e outras páginas contendo anotações pertinentes, se houver;
 - o candidato deverá fazer upload para cada item/página em separado, obedecendo a nomenclatura do mesmo;
 - a numeração das páginas da CTPS deverá estar legível.
 - no caso de CTPS digital o candidato deverá gerar e enviar o relatório referente ao módulo de Contratos de Trabalho.
- 4.4.10.** Caso o vínculo de trabalho do candidato tenha sido registrado em páginas de Anotações Gerais da CTPS, além da cópia dessas páginas e da subsequente, seja qual for a informação, o candidato deverá apresentar cópia da página em que foi registrado o último contrato de trabalho ou outras informações pertinentes.
- 4.4.11.** Se na CTPS constar anotação de CTPSs anteriores e/ou de recadastramento, o candidato deverá apresentar também cópias dessas CTPSs anteriores, relativas às páginas que contenham fotografia, qualificação civil, último contrato de trabalho com a devida escrituração da data de saída do último emprego e página subsequente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.4.12.** O candidato desempregado que nunca trabalhou deverá apresentar cópia das páginas da CTPS que contenham a foto, qualificação civil, contrato de trabalho em branco e Anotações Gerais em branco.
- 4.4.13.** O Requerimento de Isenção assinado com os documentos comprobatórios elencados no item 4.4 e seus subitens, de acordo com a condição do candidato, deverão ser digitalizados e enviados, **de 19 de fevereiro de 2024 a 21 de fevereiro de 2024**, via upload, por link correspondente, no momento da solicitação de isenção da taxa.
- 4.4.14.** Para validade da solicitação de Isenção, o candidato deverá observar e cumprir os prazos previstos neste Edital.
- 4.4.15.** Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital.
- 4.4.16.** O candidato poderá, a critério da Câmara Municipal de Lagoa da Prata e FUMARC, ser convocado para apresentar documentação original, bem como outros documentos complementares, não sendo admitido em hipótese alguma a apresentação ou inclusão, em grau de recurso, de novos documentos.
- 4.4.17.** As solicitações de isenção serão analisadas pela FUMARC, salvo a condição prevista quando da informação do Número de Identificação Social (NIS), cuja consulta será realizada junto ao órgão gestor do CadÚnico, o qual deliberará sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação de isenção.
- 4.4.18.** A solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição que não atender a qualquer das exigências e prazos determinados neste Edital será indeferida.
- 4.4.19.** Não serão consideradas as solicitações de Isenção da Taxa de Inscrição encaminhadas via fax, correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste Edital, assim como aquelas apresentadas fora do prazo determinado no item 4.4.4 deste Edital
- 4.4.20.** Não será concedida isenção no pagamento da taxa de inscrição, o candidato que incorrer nas seguintes situações:
- deixar de efetuar a solicitação da isenção pela internet dentro do prazo fixado;
 - não observar os prazos para o envio do requerimento de isenção e da documentação comprobatória neste edital;
 - não enviar o requerimento de isenção;
 - não assinar o requerimento de isenção assinado;
 - informar incorretamente o Número de Identificação Social (NIS) ou informá-lo sendo inválido, excluído, não cadastrado, de outra pessoa, não atualizado por período superior a 24 meses contados da data de solicitação de isenção, com renda fora do perfil ou não o informar;
 - enviar ou entregar a documentação comprobatória em desacordo com as normas estabelecidas neste edital;
 - enviar apenas o comprovante de solicitação de inscrição no CadÚnico (Folha Resumo Cadastro Único – V7), uma vez que este poderá ou não, ser aceito pelo órgão gestor.
 - omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
 - fraudar ou falsificar documentos.
- 4.4.21.** O candidato que se julgue enquadrar em outras situações e padrões de hipossuficiência poderá pleitear a isenção da taxa de inscrição, cabendo exclusivamente ao mesmo comprovar sua condição de forma suficiente e indubitável, valendo-se de qualquer meio plausível e legalmente admitido com plena consciência do candidato das implicações civis, criminais e administrativas cabíveis em razão de declaração falsa ou parcialmente falsa, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 4.4.22.** Poderão ser realizadas diligências para comprovação da situação declarada pelo candidato.
- 4.4.23.** Constatada a irregularidade no deferimento da isenção, a inscrição do candidato será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.4.24.** O resultado da análise das solicitações de isenção será divulgado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até a data provável de 26 de fevereiro de 2024.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.4.24.1.** A fundamentação objetiva sobre o indeferimento da solicitação de isenção estará disponível para consulta do candidato no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> por meio de consulta individual.
- 4.4.24.2.** Da decisão do indeferimento das solicitações de isenção caberá recurso, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.
- 4.4.25.** O candidato cuja solicitação de isenção do valor de inscrição for indeferida (não aceita), após Análise dos Recursos, deverá, para efetivar sua inscrição no Concurso Público, acessar o endereço eletrônico <www.fumarc.com.br> emitir a 2ª via do boleto conforme estabelecido no item 4.2.3 deste Edital e efetuar o pagamento **até o dia 20 de março de 2024**.
- 4.4.26.** O candidato que não regularizar sua inscrição por meio do pagamento do boleto não terá a solicitação de inscrição efetivada.
- 4.4.27.** O candidato cuja solicitação de isenção de pagamento do valor de inscrição for deferida (aceita) estará automaticamente inscrito no Concurso Público e deverá acessar seu Cartão de Informação – CI, disponível para impressão, no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, 05 (cinco) dias antes da data de realização da prova.

4.5. Das vagas destinadas às pessoas com deficiência

- 4.5.1.** Não haverá reserva de vagas para pessoas com deficiência para provimento imediato, em razão do quantitativo de vagas oferecido.
- 4.5.2.** Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e na Lei nº 7.853/1989, é assegurado o direito de inscrição para os cargos e empregos públicos, cujas atribuições sejam compatíveis com sua deficiência, conforme previsão no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações dadas pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e da Lei nº 12.764/12 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/14 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista), bem como na Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (“O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em Concursos Públicos/Processos Seletivos, às vagas reservadas aos deficientes”); na Lei Federal n. 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal n. 6.949/2009.
- 4.5.3.** Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ e o Artigo 2º da Lei Complementar Municipal n.º 55/2005.
- 4.5.4.** As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.
- 4.5.5.** É garantido à pessoa com deficiência o direito de se inscrever neste Concurso Público, desde que as atribuições e aptidões específicas estabelecidas para o cargo pretendido sejam compatíveis com a deficiência que possui.
- 4.5.6.** Ressalvadas as pessoas com deficiência, contidas no Decreto nº. 3.298/99, particularmente em seu art.40, participarão deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário e local de realização das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do Concurso Público.
- 4.5.7.** Às pessoas com deficiência serão reservados 5% (cinco por cento) das vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, na forma prevista no Decreto Federal nº 3.298/09 e Lei Complementar Municipal nº 55/2005.
- 4.5.8.** Para concorrer às vagas que vierem a surgir para as pessoas com deficiência e ter as condições especiais atendidas, a pessoa com deficiência deverá, durante o período de inscrição ou isenção, preencher o Requerimento de Inscrição ou Isenção de Taxa e proceder da seguinte forma:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- a) Informar se possui deficiência;
 - b) Registrar no campo específico o interesse em concorrer às vagas às pessoas com deficiência;
 - c) Selecionar o tipo de deficiência;
 - d) Informar se necessita de condições especiais para a realização das provas, especificando as condições, restritamente aos termos da Legislação vigente;
 - e) Enviar Laudo Médico, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, contendo expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações, a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).
- 4.5.8.1.** O laudo médico deverá conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência e será considerado para análise do enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº3298/1999 e suas alterações, combinado com o enunciado da Súmula nº 377, do STJ, de 22 de abril de 2009, bem como para assegurar previsão de adaptação da prova do candidato.
- 4.5.8.2.** O Laudo Médico deverá ser digitalizado e enviado, via *upload*, por link correspondente e que será disponibilizado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, devendo ser enviado **de 19 de fevereiro de 2024 a 19 de março de 2024**, período de inscrição.
- 4.5.9.** O laudo médico original poderá ser requisitado em diligência pela **FUMARC** ou pela **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, tendo validade somente para este Concurso Público e não será devolvido, ficando a sua guarda sob a responsabilidade da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**.
- 4.5.10.** Não haverá vagas reservadas às pessoas com deficiência, até que se atinja o número de convocados suficiente para integralidade de uma vaga. Caso surjam vagas no prazo de validade do concurso e que não forem providas por falta de candidatos classificados no Concurso Público ou por falta de aprovados na perícia médica serão preenchidas pelos candidatos de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.
- 4.5.11.** A pessoa com deficiência que desejar concorrer às vagas de ampla concorrência, poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento de Inscrição ou de Isenção, e, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência, conforme disposição legal.
- 4.5.12.** O resultado final deste Concurso Público será feito em três listas contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos de ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos negros ou pardos e pessoas com deficiência, a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas que surgirem para as pessoas com deficiência, e a terceira somente a classificação dos candidatos que concorrerem às vagas destinadas às pessoas negras ou pardas.
- 4.5.13.** No surgimento de vagas aos candidatos com deficiência, a ordem de convocação relativa ao cargo para o qual concorreu, dar-se-á da seguinte forma: a 1ª vaga a ser destinada à pessoa com deficiência será a 20ª vaga; a 2ª vaga será a 40ª vaga; a 3ª vaga será a 60ª vaga; e assim sucessivamente, para futuras vagas destinadas às pessoas com deficiência e providas durante o prazo de validade do Concurso Público.
- 4.5.14.** Na falta de candidatos aprovados para vagas reservadas para pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais candidatos da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.
- 4.5.15.** Para contratação os candidatos com deficiência serão convocados para se submeter à perícia médica oficial e análise de equipe multiprofissional designada pela **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** que atestará sobre a sua qualificação como deficiente, nos termos do art. 43 do Decreto Federal n.º 3.298/1999 e suas alterações e sobre a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo, decidindo de forma terminativa sobre a caracterização do candidato como deficiente.
- 4.5.15.1.** Concluindo a avaliação pela inexistência de deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a preencher as vagas temporárias reservadas, o candidato será excluído da lista de classificação de candidatos com deficiência, mantendo a sua posição na lista geral de classificação, observados os critérios do contraditório e da ampla defesa.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.5.16.** A inobservância do disposto nos itens anteriores acarretará a exclusão do candidato das vagas às pessoas com deficiência e sua inclusão apenas na listagem geral dos candidatos por cargo, caso não tenha sido eliminado deste Concurso Público. O Município de Lagoa da Prata convocará, então, o próximo candidato com deficiência ou o próximo da lista geral por cargo, caso a listagem de pessoas com deficiência do referido cargo já se tenha esgotado.
- 4.5.17.** A pessoa com deficiência que não preencher os campos específicos do Requerimento de Inscrição ou de Isenção e não cumprir o determinado no item 4.5 e seus subitens deste Edital, terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência, não podendo alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 4.5.18.** Perderá o direito de concorrer às vagas que vierem a surgir para pessoas com deficiência previstas neste Edital, mesmo que declarada tal condição no Requerimento de Inscrição ou Isenção, o candidato que não cumprir o estabelecido no item 4.5 e seus subitens.
- 4.5.19.** A relação dos candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência será divulgada no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até o dia 26 de março de 2024.**
- 4.5.19.1.** Da decisão do indeferimento caberá recurso, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

4.6. Dos Procedimentos para Solicitação de Condições Especiais para Realização das provas

4.6.1. Poderão requerer condição especial para a realização das provas:

- a) a pessoa com deficiência;
- b) a candidata lactante;

4.6.2. Para ter a condição especial atendida para realizar a prova, o candidato deverá cumprir o estabelecido no item 4.5.8 e seus subitens, especificando as condições especiais necessárias para a realização das provas, restritamente aos termos da Legislação vigente.

4.6.3. Para o atendimento especial de “Tempo Adicional”, o Laudo Médico deverá conter, solicitação expressa, acompanhada de parecer emitido pelo médico assistente, ou por equipe multiprofissional ou por profissional especialista da área de sua deficiência nos impedimentos apresentados pelo candidato, conforme o disposto no Decreto Federal n. 9.508, de 2018.

4.6.3.1. A concessão de tempo adicional para realização das provas somente será deferida caso tal recomendação seja decorrente de orientação médica específica contida no Laudo Médico enviado pelo candidato ou parecer emitido por profissional de saúde.

4.6.3.2. Em atenção à isonomia entre os candidatos, por padrão, serão concedidos 60 minutos adicionais a candidatos que tiverem deferido o pedido de tempo adicional.

4.6.4. A candidata lactante, nos critérios e condições estabelecidos no art. 227 da Constituição Federal, art. 4º da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e arts. 1º e 2º da Lei nº 10.048/2000 e na Lei Federal n. 13.872/2019, terá direito amamentar cujo (a) filho (a) tiver até 6 (seis) meses de idade no dia da realização da prova.

4.6.4.1. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo, mediante indicação no Requerimento de Inscrição ou isenção.

4.6.4.2. A comprovação da idade da criança será feita mediante envio da certidão de nascimento na forma estabelecida no item 4.5.8.2 deste Edital.

4.6.4.3. A criança a ser amamentada deverá estar obrigatoriamente acompanhada de uma pessoa maior de 18 anos, juridicamente capaz, munida de documento de identidade, à qual será responsável por sua guarda, e ambos deverão permanecer em local determinado pela FUMARC.

4.6.4.4. A pessoa acompanhante somente terá acesso aos locais das provas até o horário estabelecido para o fechamento dos portões e somente poderá retirar-se após o período de sigilo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 4.6.4.5.** Durante a amamentação, a candidata será acompanhada de uma fiscal da FUMARC, sem a presença do responsável pela guarda da criança.
- 4.6.4.6.** A candidata lactante que não levar uma pessoa responsável pela guarda da criança a ser amamentada não realizará as provas. A FUMARC não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.
- 4.6.4.7.** A candidata lactante poderá retirar-se, temporariamente, da sala onde estiver sendo realizada a prova, para atendimento à criança a ser amamentada, em sala especial.
- 4.6.4.8.** Será assegurada à candidata lactante a compensação do tempo efetivamente despendido para a amamentação quando da realização das provas, com limite máximo de 60 minutos.
- 4.6.4.9.** A candidata lactante que comparecer as provas sem a presença do lactente não terá o tempo adicional previsto podendo, caso necessário, ser transferida para sala com o tempo regular de prova.
- 4.6.5.** O candidato com algum tipo de limitação temporária, em caso de imprevisibilidade em que seja necessário solicitar atendimento especial, após o término do período de inscrição, deverá enviar a solicitação de atendimento necessário, por meio do endereço eletrônico <fconcursosatendimento@pucminas.br>, acompanhado de Laudo Médico.
- 4.6.6.** O atendimento às solicitações de condições especiais ficará sujeito à análise de legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido.
- 4.6.7.** Independentemente dos motivos alegados, não terá as condições especiais atendidas, mesmo que indicadas no Requerimento de Inscrição ou Isenção, o candidato que não cumprir o estabelecido nos itens 4.5 e 4.6 e seus respectivos subitens, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais solicitadas.
- 4.6.8.** O resultado da análise das solicitações de condições especiais será divulgado no endereço eletrônico <www.fumarc.com.br>, **até o dia 26 de março de 2024.**
- 4.6.8.1.** A fundamentação do indeferimento da condição especial será disponibilizada no sítio eletrônico <www.fumarc.com.br> para consulta individualizada.
- 4.6.8.2.** Da decisão do indeferimento caberá recurso, na forma estabelecida neste Edital no item dos recursos e seus subitens.

5 – DA HETEROIDENTIFICAÇÃO

- 5.1.** Haverá reserva de vagas para negros para provimento imediato, em razão do quantitativo de vagas oferecido. Caso surjam vagas no prazo de validade do concurso e que não forem providas por falta de candidatos classificados no Concurso Público ou por falta de aprovados na Heteroidentificação serão preenchidas pelos candidatos de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.
- 5.2.** Os candidatos que desejarem concorrer às vagas na condição de negros ou pardos, deverão, no ato da inscrição, indicar a condição de candidato negro ou pardo. Serão submetidos à avaliação por Comissão de Heteroidentificação instituída exclusivamente pela Câmara Municipal de Lagoa da Prata, observado o procedimento disposto na Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril 2018, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria de Gestão de Pessoas, para a aferição da veracidade da auto-declaração como pessoa negra ou parda, a fim de ratificar ou retificar sua inscrição nessa condição, com a finalidade específica e exclusiva de se avaliar o fenótipo dos candidatos.
- 5.3.** A convocação ocorrerá após o Resultado Final das Provas Objetiva, Redação e/ou Aberta e será divulgada por meio de Edital específico a ser publicado no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Lagoa da Prata <www.lagoadaprata.mg.leg.br>, Diário da Associação Mineira de Municípios <www.diariomunicipal.com.br/amm-mg> da Câmara Municipal de Lagoa da Prata e disponibilizado no endereço eletrônico da FUMARC.
- 5.4.** A Comissão de Heteroidentificação será formada por 5 membros avaliadores, 5 Suplentes e 5 membros da banca Recursal, que não terão seus nomes divulgados, e deverá ter seus integrantes distribuídos por gênero e cor.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 5.5. Resguarda-se a Câmara Municipal de Lagoa da Prata a prerrogativa de indicar pelo menos um membro para compor a Comissão Principal, bem como para compor a Comissão Recursal de Heteroidentificação. O processo de Heteroidentificação será realizado em Lagoa da Prata e registrado em vídeo e áudio, para composição de acervo e análise pela Comissão, seja em fase de análise preliminar ou recursal.
- 5.6. O candidato que se recusar a ser filmado no processo de Heteroidentificação será eliminado do Concurso Público.
- 5.7. Será vedado à Comissão de Heteroidentificação deliberar na presença dos candidatos.
- 5.8. Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo de realização do processo de Heteroidentificação, sendo vedado o uso de subterfúgios para simulação das características fenotípicas, sob pena de eliminação do concurso.
- 5.9. Não serão considerados, para fins do disposto no item 5 e seus subitens, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em processos de Heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.
- 5.10. Não é suficiente para o pertencimento à população negra a existência de ascendentes negros, sendo necessária a identificação de um conjunto de características fenotípicas no candidato que tornem razoável presumir a identificação externa do candidato como negro. Será considerado negro o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros da Comissão de Heteroidentificação.
- 5.11. O não reconhecimento do candidato deverá ser fundamentado mediante parecer motivado, que será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- 5.12. Os candidatos que não forem reconhecidos pela Comissão de Heteroidentificação como negros – cuja declaração resulte de erro, por ocasião de falsa percepção da realidade, não sendo, portanto, revestida de má-fé – ou os que não comparecerem para a verificação na data, horário e local a serem estabelecidos em Edital específico para este fim, continuarão participando do Concurso Público em relação às vagas destinadas à ampla concorrência desde que obtenham a pontuação/classificação necessária para tanto.
- 5.13. Após análise da Comissão será divulgado o resultado preliminar da entrevista de verificação do qual o candidato terá 2 (dois) dias úteis para apresentar recurso à Comissão de Heteroidentificação da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.
- 5.14. Em suas decisões, a Comissão recursal deverá considerar a filmagem do processo para fins de Heteroidentificação, o parecer emitido pela banca e o conteúdo do recurso elaborado pelo candidato.
- 5.15. Das decisões da Comissão recursal não caberá recurso.
- 5.16. Após análise dos recursos será divulgado o Resultado Definitivo da entrevista de verificação realizada pela Comissão de Heteroidentificação.
- 5.17. A avaliação da Comissão quanto ao enquadramento, ou não, do candidato na condição de pessoa negra terá validade apenas para este Concurso Público.
- 5.18. O não enquadramento do candidato na condição de pessoa negra não configura ato discriminatório de qualquer natureza.
- 5.19. A composição da banca de Heteroidentificação, avaliação, análise de recursos e apuração do resultado serão executados exclusivamente pela Câmara Municipal de Lagoa da Prata. Caberá a FUMARC somente a disponibilização em sua página a convocação e os resultados apurados.

6 – CARTÃO DE INFORMAÇÃO – CI / LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

- 6.1. O Cartão de Informação de realização das provas não será enviado via Correios.
- 6.2. O Cartão de Informação (CI) contendo a data, horário e local/sala de realização das Provas será disponibilizado, para consulta e impressão pelo próprio candidato, em até 05 (cinco) dias antes da data provável de aplicação da prova no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 6.3.** Caso o candidato não consiga obter o seu CI, após ser disponibilizado conforme item anterior, deverá entrar em contato **até 19 de abril de 2024** por telefone, pessoalmente ou por terceiro munido de procuração com poderes específicos, com a **FUMARC**, na Avenida Francisco Sales, 540, bairro Floresta – BH/MG, ou pelo telefone (31) 3249-7455 / 3249-7404, munido do boleto, juntamente com o comprovante de pagamento devidamente quitado, para orientações.
- 6.4.** É de exclusiva responsabilidade do candidato que tiver sua inscrição deferida, consultar e imprimir o Cartão de Informação – CI, no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>.
- 6.5.** No CI estarão expressos o nome completo do candidato, o número do documento de identidade, a data de nascimento, a data, o horário, o local de realização das provas (escola/prédio/sala) e outras orientações úteis ao candidato.
- 6.6.** É obrigação do candidato conferir no CI seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.
- 6.7.** Eventuais erros de digitação ocorridos no nome do candidato, na sua data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição, constantes do CI deverão ser comunicados pelo candidato ao Fiscal de Prova, no dia, no horário e no local de realização das provas e constarão na Ata de sala.
- 6.7.1.** Caso o candidato não comunique o erro de digitação referente a sua data de nascimento em até 48 horas após a aplicação das provas arcará com o prejuízo advindo de tal erro.
- 6.8.** Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e/ou retificações nos dados informados ou confirmados pelo candidato no Requerimento de Inscrição ou Isenção, relativos ao cargo e a condição em que concorre indicados pelo candidato no ato da inscrição ou isenção.
- 6.9.** O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da data, horário e local de realização das provas, para fins de justificativa de sua ausência.
- 6.10.** É de exclusiva responsabilidade do candidato, tomar ciência do trajeto até o local de realização das provas, a fim de evitar eventuais atrasos, sendo aconselhável ao candidato visitar o local de realização das provas com antecedência.
- 6.11.** Não haverá segunda chamada seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato.
- 6.12.** O não comparecimento à prova, por qualquer motivo, caracterizará a desistência do candidato e resultará em sua eliminação deste Concurso Público.
- 6.13.** O candidato que, por qualquer motivo, não visualizar o seu Cartão de Informação (CI), mas que apresente o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, poderá participar do Concurso Público.
- 6.13.1.** Para ser incluído, o candidato deverá entrar em contato com a **FUMARC** imediatamente após a disponibilização do CI, nas formas previstas no item 6.3, para ser informado do horário e local onde realizará as provas, onde deverá ser preenchido e assinado, no dia das provas, formulário específico.
- 6.13.2.** A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional, sujeita a posterior verificação quanto à regularidade da referida inscrição.
- 6.13.3.** Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

7 – DAS PROVAS

7.1. Da Prova Objetiva de Múltipla Escolha

- 7.1.1.** As Provas Objetivas de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos serão constituídas conforme o Quadro de Composição das Provas abaixo:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



Código	Cargo	Disciplina	Nº de Questões	Valor de cada questão
101	Agente Administrativo	Língua Portuguesa	10	2,50
		Raciocínio Lógico	05	2,50
		Noções de Informática	05	2,50
		Legislação Municipal e Regimento interno	05	2,50
		Conhecimentos Específicos	15	2,50
TOTAL			40 Questões	100 Pontos
201	Assistente Administrativo	Língua Portuguesa	10	2,50
		Noções de Informática	05	2,50
		Legislação Municipal e Regimento interno	05	2,50
		Conhecimentos Específicos	20	2,50
TOTAL			40 Questões	100 Pontos
202	Controlador Interno	Língua Portuguesa	10	2,50
		Noções de Informática	05	2,50
		Legislação Municipal e Regimento interno	05	2,50
		Conhecimentos Específicos	20	2,50
TOTAL			40 Questões	100 Pontos

7.1.2. Os Conteúdos Programáticos e as Bibliografias Sugeridas referentes às Provas constam do **Anexo I** deste Edital.

7.1.3. As Provas Objetivas de Múltipla Escolha serão distribuídas pelas disciplinas em conformidade com o Quadro de Composição das Provas do item 7.1.1, sendo que cada questão conterà 4 (quatro) alternativas com uma única resposta correta.

7.1.4. As Provas Objetivas serão avaliadas e apuradas por meio de leitura óptica.

7.1.5. Será considerado aprovado nas Provas Objetivas, o candidato que obtiver no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, e que não receber nota 0 (zero) em qualquer uma das disciplinas das provas objetivas.

7.1.5.1. Será excluído deste Concurso Público, o candidato que não obtiver o mínimo de percentual de acertos exigidos para a aprovação nos termos do item 7.1.5 deste Edital.

7.2. Da Prova de Redação:

7.2.1. A segunda etapa deste concurso para o cargo de **Agente Administrativo** será realizada por meio de Prova de Redação, de caráter eliminatório e classificatório, na forma de desenvolvimento de um texto dissertativo sobre tema contemporâneo.

7.2.2. A Prova de Redação será aplicada no mesmo dia e horário das Provas Objetivas.

7.2.3. A prova de Redação deverá conter o mínimo de 20 linhas e o máximo de 30 linhas.

7.2.4. A Prova de Redação será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos distribuídos na Prova de Redação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



7.2.5. Serão corrigidas as Redações dos candidatos aprovados na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, conforme os critérios definidos no item 7.1.5 e classificados até o limite estabelecido no quadro abaixo, respeitado os empates na última posição:

Limites para Correção das Redações				
Código	Cargo	Ampla Concorrência	PCD	Negros
101	Agente Administrativo	80ª Posição	Todos aprovados na prova objetiva	Todos aprovados na prova objetiva

7.2.6. Os demais candidatos não classificados até a posição indicada no quadro acima serão automática e definitivamente excluídos do Concurso Público.

7.2.7. A Prova de Redação abrangerá como itens de avaliação:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Crítérios de Avaliação
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto – AI – (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Morfossintaxe – M – (emprego de pronomes, relação entre as palavras, concordância verbal e nominal, organização e estruturação dos períodos e orações, emprego dos tempos e modos verbais e colocação de pronome)	10	Desconto de 1 ponto por erro
Pontuação, acentuação e ortografia – PO	10	Desconto de 1 ponto por erro
Valor total da Prova		50 pontos

7.2.8. Na Folha de Resposta da Prova de Redação não será permitido qualquer identificação do candidato, pela comissão de correção, na parte destinada ao tema proposto, garantindo assim o sigilo do autor da Prova de Redação.

7.2.9. Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

7.2.10. Na Prova de Redação, o candidato somente poderá registrar seu nome, número de inscrição ou assinatura em lugar/campo especificamente indicado, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação do candidato deste concurso público.

7.2.11. Será atribuída nota 0 (zero) à Prova de Redação que apresentar sinais, expressões, marcas ou convenções que possibilitem a identificação do candidato.

7.2.12. A Folha para rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo e em nenhuma hipótese o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção.

7.2.13. Não serão fornecidas folhas adicionais para complementação da Prova de Redação, devendo o candidato limitar-se a uma única Folha padrão recebidas.

7.2.14. A Prova de Redação deverá ser manuscrita pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

7.2.14.1. Não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que esteja impossibilitado de redigir textos e tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



7.2.15. Não será permitido o uso de corretivo e lápis borracha.

7.2.16. Será atribuída nota zero à Prova de Redação:

- a) que não atender ao número de linhas estabelecido no item 7.2.3;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

7.2.17. O candidato deverá observar atentamente as orientações para transcrição de sua resposta da Prova de Redação. Aquele que não observar tais orientações receberá nota 0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura ou substituição da folha de resposta no erro de transcrição e/ou adulteração na identificação da página, sob pena de eliminação.

7.3. Da Prova Aberta

7.3.1. A Prova Aberta, de caráter eliminatório e classificatório, composta por 2 questões discursivas, abrangendo o conteúdo programático definido neste Edital, será aplicada aos cargos de **Assistente Administrativo e Controlador Interno**.

7.3.1.1. O Conteúdo Programático da Prova Aberta, mencionado no item anterior, se restringe à disciplina de Conteúdos Específicos, indicada no **Anexo II**, respectivamente para cada um dos cargos de **Assistente Administrativo e Controlador Interno**.

7.3.2. A Prova Aberta será aplicada no mesmo dia e horário das Provas Objetivas de Múltipla Escolha.

7.3.3. A Prova Aberta será avaliada na escala de 0 (zero) a 30 (trinta) pontos. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do total dos pontos distribuídos na Prova Aberta.

7.3.3.1. Cada questão discursiva da Prova Aberta valerá 15 (quinze) pontos e deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas por questão.

7.3.3.2. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas por questão na Folha de Respostas da Prova Aberta.

7.3.4. Será atribuída nota 0 (zero) na questão discursiva nos casos de:

- a) que não atender ao número de linhas estabelecido no item 7.3.3.1;
- b) não atender ao conteúdo avaliado;
- c) letra ilegível;
- d) resposta a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- e) conter identificação do candidato em local indevido.

7.3.5. A correção da Prova Aberta levará em conta os critérios de pontuação definidos a seguir:

Aspectos Avaliados	Total de Pontos	Critérios
Argumentação e informatividade dentro do tema proposto - AI - (originalidade, suficiência, correção, relevância e propriedade das informações)	15	De 0 a 4 – Ruim
		De 5 a 8 – Regular
		De 9 a 12 – Bom
		De 13 a 15 – Muito Bom
Coerência e Coesão - CC (organização adequada de	15	De 0 a 4 – Ruim



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



parágrafos, continuidade e progressão de ideias, uso apropriado de articuladores)	De 5 a 8 – Regular
	De 9 a 12 – Bom
	De 13 a 15 – Muito Bom

7.3.6. Serão corrigidas as Provas Abertas dos candidatos aprovados na Primeira Etapa e classificados até os limites estabelecidos no quadro abaixo, respeitados os empates nas últimas posições:

Limites para Correção das Provas Abertas				
Código	Cargo	Ampla Concorrência	PCD	Negros
201	Assistente Administrativo	20ª posição	Todos aprovados na prova objetiva	Todos aprovados na prova objetiva
202	Controlador Interno			

7.3.7. Os demais candidatos não classificados até as posições acima indicadas no quadro serão automática e definitivamente excluídos do Concurso Público.

7.3.8. A Prova Aberta deverá ser manuscrita pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

7.3.8.1. Não será permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que esteja impossibilitado de redigir textos e tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos deste Edital. Neste caso, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

7.3.9. As Folhas de Respostas da Prova Aberta serão fornecidas juntamente com a Folha de Respostas da Prova Objetiva de múltipla escolha no dia de realização das provas, devendo o candidato, ao seu término, obrigatoriamente devolver ao fiscal todas as Folhas de Respostas (Múltipla Escolha e Aberta), devidamente assinadas apenas no local indicado, sem qualquer outro termo que o identifique.

7.3.10. As Folhas de Respostas da Prova Aberta não poderão conter, em outro local que não o apropriado para assinatura, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato.

7.3.11. As Folhas de Respostas Oficiais da Prova Aberta será o único documento válido para a avaliação desta etapa. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para correção.

7.3.12. Não será permitido o uso de corretivo e lápis borracha.

7.3.13. Será adotado pela FUMARC processo que impeça a identificação do candidato por parte da Banca Examinadora, garantindo-se, assim, o sigilo na correção da Prova Aberta.

7.3.14. O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta para auxílio na resposta da Prova Aberta.

7.3.15. O candidato deverá observar atentamente as orientações de transcrição de suas respostas das questões discursivas da Prova Aberta. Aquele que não observar tais orientações receberá nota 0 (zero), sendo vedado qualquer tipo de rasura ou substituição da folha de resposta por erro de transcrição e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.

7.4. Da Prova de Títulos

7.4.1. A terceira etapa deste concurso para o cargo de **Controlador Interno** consistirá em Prova de Títulos, de caráter classificatório.

7.4.2. A Prova de Títulos será constituída de titulação acadêmica e participação desta terceira etapa, todos os candidatos aprovados na segunda etapa.

7.4.3. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos é facultativa. O candidato que não entregar títulos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



não será eliminado do Concurso Público.

7.4.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

7.4.5. A comprovação de títulos observará os seguintes critérios:

7.4.5.1. Especialização em *nível lato sensu*, mediante a apresentação de fotocópia autenticada em cartório ou com certificação digital, com os respectivos dispositivos de validação (QRcode ou link), do certificado de conclusão, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente, com indicação da carga horária mínima de 360h, na área de atuação, Será aceita a declaração de conclusão de especialização, desde que acompanhada do histórico escolar do curso com os conteúdos ministrados e a indicação da carga horária.

7.4.5.2. Especialização em nível *stricto sensu* (mestrado e doutorado), na área de atuação, mediante a apresentação de fotocópia autenticada em cartório ou com certificação digital, com os respectivos dispositivos de validação (QRcode ou link), dos respectivos diplomas, expedidos por instituição superior reconhecida pelo MEC ou órgão estadual competente ou de fotocópias autenticadas em cartório das Atas das Bancas Examinadoras, devidamente assinadas, comprovando a aprovação das dissertações ou teses. Será aceita a declaração ou certificado de conclusão de Mestrado e/ou Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar, contendo os conteúdos ministrados.

7.4.5.3. Os diplomas e/ou certificados expedidos por universidades estrangeiras somente serão considerados quando validados por instituição brasileira legalmente competente para tanto.

7.4.6. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela abaixo e desde que sejam observados os critérios de comprovação previstos no item 7.4.5 e seus subitens:

TÍTULO	COMPROVAÇÃO	Valor de cada título	Valor máximo
Especialização <i>Lato Sensu</i>	Certificado de Curso de pós-graduação em nível de especialização, devidamente registrado, com carga horária mínima de 360h, na área de atuação. Também será aceita a declaração de conclusão de especialização, desde que acompanhada do histórico escolar do curso com os conteúdos ministrados e carga horária.	1,0	2,0
Mestrado	Diploma de curso de pós-graduação em nível de Mestrado, devidamente registrado, na área de atuação. Também será aceita a declaração ou certificado de conclusão de Mestrado, desde que acompanhado de histórico escolar com os conteúdos ministrados.	2,0	2,0
Doutorado	Diploma de curso de pós-graduação em nível de Doutorado, devidamente registrado, na área de conhecimento. Também será aceita a declaração ou certificado de conclusão de Doutorado, desde que acompanhado de histórico escolar com os conteúdos ministrados.	3,0	3,0
TOTAL DE PONTOS			7,00

7.4.6.1. Os títulos serão pontuados conforme tabela no item 7.4.6, podendo o candidato apresentar: até 2 (dois) títulos de Especialização *Lato Sensu*, 1 (um) título de *stricto sensu* Mestrado, 1 (um) título de *stricto sensu* Doutorado.

7.4.7. A convocação oficial para entrega de documentos relativos à Prova de Títulos será publicada juntamente com o Resultado Definitivo da Prova Aberta – após recursos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 7.4.7.1.** Para apresentação de documentos relativos à Prova de Títulos, o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> o link correspondente à Prova de Títulos, digitalizando e enviando, via upload, os documentos para análise.
- 7.4.7.2.** A tempestividade da apresentação dos títulos pelo candidato será verificada pela data de envio por meio de upload.
- 7.4.8.** Todos os títulos deverão ser enviados de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital para envio ou quando da interposição de recursos.
- 7.4.9.** Não serão aceitos títulos entregues fora do prazo, por fax ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.
- 7.4.10.** Toda documentação deverá ser apresentada em cópia legível e de acordo com as especificações do item 7.4 e seus subitens.
- 7.4.11.** Serão considerados documentos apresentados com atestado de validade digital por meio de código de validação (QRcode ou link).
- 7.4.12.** A Prova de Títulos se limitará ao valor máximo de 7 (sete) pontos.
- 7.4.13.** No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.
- 7.4.14.** Não serão disponibilizadas cópias da documentação enviadas para análise, fazendo parte integrante do Concurso Público.
- 7.4.15.** Será de inteira responsabilidade do candidato o envio da documentação referente a títulos nos termos deste Edital e seus anexos, sob pena de não ser considerado pela banca examinadora.
- 7.4.16.** Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem as exigências deste edital.

8 – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA, REDAÇÃO E ABERTA

- 8.1.** As Provas Objetivas de Múltipla Escolha, Redação e Aberta, de caráter eliminatório e classificatório, serão realizadas na data provável **de 21 de abril de 2024**, no município de Lagoa da Prata/MG, em horário e local indicados no Cartão de Informação-CI, conforme estabelecido abaixo:
- a)** Cargo Agente Administrativo – Nível Médio > **no turno da tarde**;
- b)** Cargos Assistente Administrativo e Controlador Interno – Nível Superior > **no turno da manhã**.
- 8.2.** Caso o Município de Lagoa da Prata não disponha de condições de alocar todos os candidatos em sua sede, esses poderão ser alocados em cidade ou distrito próximo para a realização das provas.
- 8.3.** Em nenhuma hipótese será permitido ao candidato prestar quaisquer provas fora da data, da cidade, do horário, do local/sala determinado pela **FUMARC**.
- 8.4.** Não haverá segunda chamada para realização de nenhuma das provas, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato. A ausência do candidato, por qualquer motivo, inclusive doença ou atraso, implicará na sua eliminação do Concurso Público.
- 8.5.** As provas terão duração de, no mínimo, 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos, no máximo, de 4 (quatro) horas.
- 8.6.** Período de Sigilo: Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas, decorrida 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos do início de realização das mesmas.
- 8.6.1.** O candidato que, por qualquer motivo se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no item 8.6 terá o fato consignado em ata e poderá ser eliminado do Concurso Público, após análise da Comissão do Concurso Público.
- 8.7.** Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, exceto o previsto nos itens 4.6.3.2 e 4.6.4.8 do Edital, e que forem deferidas, após análise de solicitação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 8.8.** A Câmara Municipal de Lagoa da Prata e a FUMARC eximem-se das despesas e reembolso com deslocamento dos candidatos nos dias de realização de quaisquer provas, exames, avaliações, contratação de qualquer natureza relativa à participação dos candidatos neste Concurso Público, ressalvada a única exceção prevista na Devolução do Valor de Inscrição.
- 8.9.** No dia da aplicação das provas, em todos os locais de sua realização, serão convidados, aleatoriamente, 3 candidatos, para presenciarem a abertura dos malotes contendo os pacotes de provas e assim comprovarem a inviolabilidade de todo o material sigiloso, quando será feito o rompimento dos lacres dos malotes e lavrado termo formal de abertura que levará a assinatura de todos os presentes.
- 8.10.** Os cadernos de provas serão acondicionados em envelopes de segurança que serão abertos nas respectivas salas de realização das provas, no dia de sua aplicação e na presença de todos os candidatos que, ao presenciar a abertura deste pacote, comprovarão a inviolabilidade das provas.
- 8.11.** Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.
- 8.12.** O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas em quaisquer outros meios que não os permitidos nesse Edital e seus anexos, especificados na capa do Caderno de prova.
- 8.13.** O tempo de duração das provas abrange a transcrição das respostas do Caderno de Questões das Provas para as Folhas de Respostas oficiais das Provas Objetiva de Múltipla Escolha, Redação e Aberta.
- 8.14.** Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela FUMARC, salvo o previsto no item 4.6.4.3 deste Edital.
- 8.15.** Não será permitida a entrada de candidato no estabelecimento onde serão realizadas as provas após seu início/fechamento dos portões e, nessa hipótese, o candidato será automaticamente eliminado desse Concurso Público.
- 8.16.** O candidato deverá comparecer ao local das provas com, no mínimo, uma hora de antecedência, munido do documento de identificação oficial com fotografia impresso, preferencialmente o mesmo utilizado no ato de inscrição, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, borracha e lápis, preferencialmente, portando o Cartão de Informação – CI ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.
- 8.17.** NÃO será permitido o uso de lapiseira, corretivo ou lápis borracha.
- 8.18.** O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela FUMARC, no item 8.16 neste Edital.
- 8.19.** Somente será admitido no local de realização das provas, o candidato que estiver inscrito neste Concurso Público e desde que apresente, obrigatoriamente, o documento de identidade original, oficial, válido e impresso, não sendo aceita cópia, mesmo que autenticada.
- 8.20.** O comprovante de pagamento de inscrição e o Cartão de Informação (CI) por si só não será aceito para a identificação do candidato. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identidade informado na inscrição, o candidato deverá apresentar outro documento equivalente com foto original, oficial, válido e impresso, podendo ser submetido à identificação especial, que compreende na coleta de assinatura e/ou impressão digital em formulário próprio.
- 8.21.** Serão considerados documentos de identidade válidos: CNH digital (apresentada diretamente do aplicativo no celular, não sendo aceita a mera apresentação de fotografia deste documento), carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc); passaporte, Certificado de Reservista com foto, Carteira de Trabalho, Carteira Nacional de Habilitação com fotografia.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 8.21.1.** Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos ainda que autenticados, ou qualquer outro documento não constante neste Edital.
- 8.21.2.** O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato, e deverá conter filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.
- 8.22.** As instruções constantes no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas oficiais, bem como as orientações e instruções expedidas pela **FUMARC** e **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** durante a realização das provas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.
- 8.22.1.** O candidato deverá transcrever as respostas das Provas para as Folhas de Respostas oficiais, que será o único documento válido para a correção das provas, sendo vedada a participação de terceiro, salvo as condições especiais solicitadas e concedidas conforme regras estabelecidas neste Edital.
- 8.22.1.1.** No caso das condições especiais solicitadas e concedidas, o candidato será acompanhado por um Fiscal devidamente treinado, a quem deverá ditar as alternativas a serem marcadas. Sendo de responsabilidade do candidato, conferir as marcações feitas pelo fiscal antes de entregar as Folhas de Respostas.
- 8.22.2.** É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento das Folhas de Respostas, bem como sua assinatura, conforme as especificações nelas constantes. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com este Edital ou com as Folhas de Respostas, tais como marcação rasurada, emendada, dupla ou campo não preenchido integralmente.
- 8.23.** A avaliação da Prova Objetiva de Múltipla Escolha será feita através de processamento eletrônico de dados. Por isso serão consideradas, exclusivamente, as respostas transferidas para a Folha de Respostas de Múltipla Escolha, utilizando-se de caneta esferográfica ponta grossa, de tinta azul ou preta, não sendo atribuído ponto à questão que contenha mais de uma resposta assinalada, emenda e rasura.
- 8.24.** Não haverá substituição de nenhuma das Folhas de Respostas por erro do candidato.
- 8.25.** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou de qualquer modo danificar suas Folhas de Respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.
- 8.26.** Será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação do candidato fora do local especificamente indicado para tal finalidade.
- 8.27.** Ao terminar as provas ou findo o tempo máximo previsto no Edital para sua realização, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, o Caderno de Questões das Provas e as Folhas de Respostas oficiais das provas, devidamente preenchidas e assinadas.
- 8.28.** Ao terminarem e entregarem o Caderno de Questões das Provas e as Folhas de Respostas oficiais das provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo permitido a utilização dos banheiros do local de provas.
- 8.29.** Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas juntos, após acompanharem os procedimentos dos Fiscais, na conferência do número e o correto armazenamento das Folhas de Respostas e assinando, juntos com os Fiscais, a Ata de Sala declarando ter presenciado e acompanhado a conferência e lacre dos envelopes contendo as Folhas de Respostas e demais documentos em envelopes de segurança.
- 8.29.1.** O candidato que não cumprir o disposto no item anterior insistindo em sair da sala de realização das Provas deverá assinar termo constando os motivos do descumprimento. Caso o candidato se negue a assinar o referido Termo, este será assinado e testemunhado pelos outros 2 (dois) outros candidatos e pelos fiscais de sala. O termo será enviado à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** para as providências decorrentes, podendo o candidato ser eliminado do certame.
- 8.30.** Não será permitido aos candidatos, durante a realização das provas, o uso de óculos escuros, boné,



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares.

- 8.31.** Não será permitido aos candidatos, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, calculadora, notebook, tablet, gravador, chave eletrônica/controlador de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, o uso de livros, anotações, códigos, manuais, impressos, manuscritos ou qualquer outro material literário ou visual.
- 8.32.** É vedado o ingresso do candidato na sala de provas portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que o candidato possua a respectiva autorização de porte. Em nenhuma hipótese a **FUMARC** fará guarda de arma de qualquer espécie, no dia das provas.
- 8.33.** A **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** não se responsabilizarão pela guarda de objetos ou de equipamentos eletrônicos durante a realização das provas.
- 8.34.** Telefone celular, ou qualquer outro equipamento eletrônico dos candidatos, enquanto na sala de prova e/ou no estabelecimento onde serão aplicadas as provas, deverão permanecer desligados, com sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.
- 8.35.** No caso dos telefones celulares, do tipo *smartphone*, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados e acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do Concurso Público, a critério da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**. Sendo assim, antes de desligar o aparelho, o candidato deverá desabilitar alarmes, lembretes, avisos de qualquer natureza e que possam provocar o ligamento automático do aparelho e a emissão de som ou vibração, durante a realização das provas.
- 8.35.1.** O candidato que, durante a realização das provas, for encontrado portando quaisquer um dos objetos especificados nos itens 8.31 e 8.32, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, terá a ocorrência registrada em Ata, que será avaliada pela **Comissão do Concurso da Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, ouvida a **FUMARC no que couber**, podendo o candidato ser eliminado do Concurso Público.
- 8.35.2.** Recomenda-se que o candidato leve apenas os objetos citados no item 8.16. Caso assim não proceda, a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** não se responsabilizarão por perda, dano ou extravio de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização das provas, nem por danos a eles causados.
- 8.36.** Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à **FUMARC**, serão guardados pelo prazo de 30 (trinta) dias e encaminhados posteriormente à seção de achados e perdidos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.
- 8.37.** O candidato, após ter assinado a lista de presença e acomodado na sala de provas, não poderá manusear nenhum dos equipamentos eletrônicos, nem consultar ou manusear qualquer material de estudo ou de leitura enquanto aguarda o horário de início da prova e somente poderá deixar a sala/local de realização das provas, acompanhado, mediante consentimento prévio, sob a fiscalização da equipe de aplicação das provas.
- 8.38.** Durante todo o período de realização das provas, por medida de segurança, principalmente, mas não somente os candidatos que tiverem cabelos longos, deverão deixar as orelhas totalmente descobertas e à vista dos fiscais de sala.
- 8.39.** Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério da **FUMARC** e **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, será utilizado o sistema de detecção de metal.
- 8.40.** Terá atribuída a nota 0 (zero) e automaticamente eliminado, o candidato que deixar de comparecer à realização das provas.
- 8.41.** No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da Equipe de aplicação das provas, e/ou pelas Autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação/classificação.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



8.42. Poderá ser eliminado neste Concurso Público, o candidato que:

- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões e fora dos locais/cidade determinados;
- b) Não comparecer à realização das provas, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar documento de identidade oficial, original, válido e impresso exigido ou quaisquer dos documentos oficiais equiparados conforme previstos neste Edital;
- d) Estabelecer comunicação, por qualquer meio, com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público;
- e) Portar arma (s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte;
- f) Ausentar-se da sala/local de realização das provas sem o acompanhamento do fiscal ou deixar o local de realização das provas antes de decorrida 1 (uma) hora de seu início.
- g) Fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
- h) For surpreendido usando e/ou portando algum dos objetos indicados nos itens 8.31 e 8.32;
- i) Não prender os cabelos longos deixando à mostra as orelhas;
- j) Não entregar o Caderno de Questões das Provas e as Folhas de Respostas oficiais ao terminar a duração de realização das provas;
- k) Fizer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
- l) Ausentar-se da sala de realização das provas, portando as Folhas de Respostas e/ou Caderno de Questões das Provas;
- m) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Concurso Público;
- n) Não permitir a coleta de sua assinatura ou impressão digital;
- o) Recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metal;
- p) Recusar-se a cumprir o previsto nos itens 8.6 e 8.29.
- q) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local de realização das provas, das provas e de seus participantes;
- r) Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- s) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- t) Tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes;
- u) Recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão Organizadora, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- v) Deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões das Provas e nas Folhas de Respostas oficiais e demais orientações/instruções expedidas pela **FUMARC**.

8.42.1. Caso ocorra alguma das situações previstas no item 8.40 deste Edital, a **FUMARC** lavrará ocorrência e encaminhará o referido documento para a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

8.43. Se após as provas for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado processos ilícitos, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9 – DA APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver, no mínimo de pontos constantes nos itens 7.1.5, 7.2.4 e 7.3.4, de acordo com o cargo pretendido.

9.2. O Resultado Final deste Concurso Público será aferido das seguintes formas:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- a) Para o cargo **Agente Administrativo**, corresponderá ao somatório das notas obtidas em cada uma das disciplinas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e Redação;
 - b) Para o cargo **Assistente Administrativo**, corresponderá ao somatório das notas obtidas em cada uma das disciplinas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e na Prova Aberta.
 - c) Para o cargo **Controlador Interno**, corresponderá ao somatório das notas obtidas em cada uma das disciplinas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, na Prova Aberta e Prova de Títulos.
- 9.3.** Havendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência, sucessivamente, o candidato com:
- a) Idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, completados até a data de ser procedido o desempate na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº10.741/2003 (Estatuto do Idoso), ou seja, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada;
 - b) Maior pontuação na disciplina de Conhecimentos Específicos;
 - c) Maior pontuação na Prova Aberta (quando houver);
 - d) Maior pontuação na Prova de Redação (quando houver);
 - e) Maior pontuação na disciplina de Língua Portuguesa;
 - f) Maior pontuação na disciplina de Legislação Municipal e Regimento Interno;
 - g) Maior pontuação na disciplina de Noções de Informática;
 - h) Maior pontuação na disciplina de Raciocínio Lógico (quando houver);
 - i) Maior pontuação na Prova de Títulos (quando houver);
 - j) Maior idade, considerando ano, mês e dia de nascimento;
 - k) Permanecendo o empate será realizado, pela Câmara Municipal de Lagoa da Prata, sorteio público.
- 9.3.1.** Caso seja necessário o sorteio público deverá ser previamente comunicado aos candidatos envolvidos por telegrama com aviso de recebimento, informando a hora e o local de sua realização e marcado com prazo não inferior a 15(quinze) dias corridos, contados da expedição do comunicado pela Câmara Municipal.
- 9.3.2.** Ao sorteio público será conferida a ampla publicidade pelos mesmos instrumentos de divulgação deste Edital e seus anexos.
- 9.4.** Os candidatos aprovados neste Concurso Público serão classificados em ordem decrescente de nota final.
- 9.5.** O resultado final do Concurso Público será divulgado por meio de listas, a saber:
- a) a primeira lista contendo a classificação geral por cargo, de todos os candidatos, incluindo os candidatos inscritos como pessoas com deficiência, pretas e pardas;
 - b) a segunda lista contendo exclusivamente a classificação dos candidatos inscritos como pessoas com deficiência, habilitados por cargo.
 - c) a terceira lista contendo exclusivamente a classificação dos candidatos inscritos, como pessoas pretas ou pardas, por cargo.
- 9.6.** Caso as vagas que vierem a surgir para os candidatos referentes a segunda e terceira listas, não forem preenchidas, estas serão aproveitadas pelos demais candidatos, observada rigorosamente a ordem de classificação geral.
- 9.7.** Os candidatos aprovados serão convocados obedecendo à ordem classificatória por cargo.
- 9.8.** Os demais candidatos não aprovados e não classificados serão excluídos do Concurso Público.
- 9.9.** O resultado final deste Concurso Público será publicado nos endereços eletrônicos e redes sociais da Câmara Municipal de Lagoa da Prata <www.lagoadaprata.mg.leg.br> e do Diário da Associação Mineira de Municípios <www.diariomunicipal.com.br/amm-mg> e será divulgado no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>.
- 9.10.** Não haverá publicação ou divulgação de candidatos reprovados.
- 9.10.1.** O candidato reprovado poderá obter a informação sobre a sua situação neste Concurso Público através



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



de Consulta Individual no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br>, após publicação do resultado, de que trata no item 9.9.

10 – DOS RECURSOS

10.1. Serão admitidos recursos que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos relativos às seguintes decisões proferidas durante o Concurso Público:

- a) Anulação e cancelamento da inscrição;
- b) Indeferimento dos pedidos de isenção do valor da taxa de inscrição;
- c) Indeferimento da inscrição por falta de pagamento;
- d) Indeferimento da inscrição na condição de pessoa com deficiência e cota para Negros;
- e) Indeferimento do pedido de condições especiais para realização da prova;
- f) Questões da Prova Objetiva e gabarito preliminar;
- g) Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- h) Resultado da Redação e Prova Aberta;
- i) Resultado da Prova de Títulos;
- j) Resultado da Heteroidentificação, nos termos do item 5.13 deste edital;
- k) Classificação Final.

10.2. O candidato disporá de 2 (dois) dias úteis, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de divulgação do objeto.

10.2.1. Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

10.2.2. Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a ato diverso do questionado.

10.2.3. Não serão reconhecidos os questionamentos efetuados por outro meio que não o estipulado no item 10.4 deste Edital.

10.3. O prazo previsto para interposição de recurso é preclusivo e comum a todos os candidatos.

10.4. Para apresentação de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> o link correspondente ao objeto do recurso, digitalizando e enviando, via upload, o recurso.

10.5. No caso do recurso contra **Indeferimento da inscrição por falta de pagamento**, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar cópia legível do comprovante de pagamento, bem como toda a documentação e informações que julgar necessárias à comprovação da regularidade do pagamento de sua inscrição.

10.6. No caso do recurso contra **Questões da Prova Objetiva e Gabarito Preliminar** serão divulgados os gabaritos e as questões da Prova Objetiva no endereço eletrônico da **FUMARC** <www.fumarc.com.br> no 1º dia subsequente ao da realização da prova.

10.7. No caso de apresentação de **recurso contra a totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha**, o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados.

10.7.1. A imagem digitalizada da Folha de Respostas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha do candidato será disponibilizada pela **FUMARC** na mesma data da divulgação das notas, ficando disponível para consulta individual somente durante o prazo recursal.

10.8. No caso de apresentação de **recurso contra o Resultado da Redação e Prova Aberta**, o candidato deverá registrar o total de pontos obtidos e o total de pontos publicados.

10.8.1. O enunciado das questões e a imagem digitalizada das Folhas de Respostas corrigidas da Redação e Prova Aberta do candidato serão disponibilizadas pela **FUMARC** na mesma data da divulgação das notas, ficando disponível para consulta individual somente durante o prazo recursal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 10.9.** No caso da apresentação de **recurso contra o Resultado da Prova de Títulos**, a **FUMARC** disponibilizará na mesma data da divulgação das notas, o formulário de análise dos títulos do candidato, somente durante o prazo recursal, para consulta individual do candidato.
- 10.10.** Havendo alteração do Gabarito Oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 10.11.** Os recursos deverão obedecer às seguintes especificações:
- a) Não conter qualquer identificação do candidato no corpo do texto de argumentação lógica do recurso;
 - b) Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seu questionamento;
 - c) Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso.
- 10.12.** Cada candidato poderá interpor apenas um recurso por questão ou objeto.
- 10.13.** Serão indeferidos os recursos:
- a) Indevidamente fundamentados;
 - b) Sem argumentações lógicas e consistentes;
 - c) Em desacordo às especificações determinadas neste Edital;
 - d) Fora do prazo estabelecido no item 10.2;
 - e) Que apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada no recurso;
 - f) Apresentados contra terceiros;
 - g) Interpostos coletivamente;
 - h) Cujo teor desrespeite a Banca Examinadora.
- 10.14.** Serão indeferidos, liminarmente, os recursos encaminhados por outros meios ou fora do formato especificado neste Edital.
- 10.15.** Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais, exceto na hipótese prevista no item 10.5.
- 10.16.** Após o envio do recurso o candidato poderá acessar apenas para conferência das informações enviadas.
- 10.17.** Se a análise do recurso resultar anulação de questão ou de item de questão, relativamente à Prova Objetiva, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de interposição de recursos ou de decisão judicial. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.
- 10.18.** Se houver alteração do gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito revisado.
- 10.19.** O resultado das decisões dos recursos será divulgado no endereço eletrônico da **FUMARC**<www.fumarc.com.br>.
- 10.20.** A fundamentação da decisão relativa aos recursos estará disponível para consulta individual pelo candidato no endereço eletrônico da **FUMARC**<www.fumarc.com.br>, após a divulgação do resultado dos recursos.
- 10.21.** A Banca Examinadora constitui única instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 10.22.** Em nenhuma hipótese será aceita a revisão de recurso. As decisões dos recursos possuem caráter terminativo e não serão objeto de reexame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- 10.23.** O candidato que não interpuser recurso no prazo estipulado conforme item 10 e seus subitens será responsável pelas consequências advindas de sua omissão.

11 – DA NOMEAÇÃO

11.1. Conforme conveniência administrativa da Câmara Municipal de Lagoa de Prata, serão convocados e nomeados, independentemente de consulta prévia aos interessados, os candidatos aprovados, sendo utilizada, para tanto, a ordem de classificação por cargo. A Câmara Municipal de Lagoa da Prata convocará, observado os critérios de oportunidade e conveniência, o candidato aprovado, quando nomeado, no Concurso Público, a apresentar os documentos abaixo elencados, **original e cópia legível** e, sempre que houver alteração significativa, o servidor deverá atualizar a documentação abaixo junto à Câmara Municipal de Lagoa da Prata:

- a) Carteira de Identidade;
- b) CPF
- c) Título de Eleitor
- d) Comprovante de votação da última eleição ou Quitação eleitoral (internet);
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Cartão de Vacinação de filhos menores de 6 (seis) anos;
- h) Comprovante de frequência à escola, a partir dos 6 (seis) anos;
- i) Certificado de Reservista (para os do sexo masculino);
- j) 1 foto 3x4;
- k) Diploma que confira a ao portador a formação escolar compatível com a exigência do cargo e registro no Conselho competente, quando for o caso;
- l) Comprovante de endereço;
- m) Certidão bons antecedentes criminais;
- n) Certidões negativas cível e criminal, no mínimo relativas aos últimos oito (08) anos, de todo e qualquer domicílio adotado pelo candidato no mesmo período, fornecidas pelos órgãos de distribuição de 1º grau da Justiça Federal e Estadual, e também Militar;
- o) Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, até a data da posse (disponível na Câmara Municipal de Lagoa de Prata);
- p) Declaração de acúmulo de cargos (disponível na Câmara Municipal de Lagoa de Prata);
- q) Declaração de parentesco político (disponível na Câmara Municipal de Lagoa de Prata);

11.2. O candidato aprovado que, na data da convocação, não apresentar os documentos relacionados no item 11.1, perderá o direito à posse.

12 – DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

12.1. Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão se submeter aos exames médicos pré-admissionais, supervisionados pelo setor local de Medicina do Trabalho, a ser definido pela Administração da Câmara Municipal de Lagoa de Prata, que concluirá quanto à aptidão física e mental do candidato para a posse e o exercício do cargo.

12.2. O candidato que for considerado inapto nos exames médicos pré-admissionais, poderá recorrer da decisão à Câmara Municipal de Lagoa de Prata, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis, contados da data em que se der ciência do resultado da inaptidão ao candidato.

12.2.1. Decorrido o prazo para interposição do recurso de que trata o item 12.2 deste Edital, sem que os candidato



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



se manifeste e sendo considerado inapto em quaisquer dos exames médicos pré-admissionais, o mesmo estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

- 12.3.** Os candidatos inscritos como pessoas com deficiência para as vagas que vierem a surgir, aprovados e nomeados neste Concurso Público, além de apresentarem o laudo médico especificado no item 4.5.8 deste Edital, serão convocados para se submeter à perícia para a caracterização da deficiência, para a avaliação de aptidão física e mental, além da verificação da compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes ao cargo para a qual concorre, através da Perícia Médica Oficial da Câmara Municipal de Lagoa de Prata.
- 12.3.1.** O candidato passará pela inspeção realizada pela perícia médica oficial da Câmara Municipal de Lagoa de Prata a ser realizada por profissional médico indicado pela Câmara.
- 12.3.2.** A perícia será realizada para verificar:
- Se a deficiência se enquadra na previsão do art.4º do Decreto Federal nº3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei Federal nº7.853, de 24 de outubro de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº5.296, de 2 de dezembro de 2004;
 - Se o candidato se encontra apto do ponto de vista físico e mental para o exercício das atribuições do cargo.
- 12.4.** A critério da perícia poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência.
- 12.5.** O candidato empossado como pessoa com deficiência será acompanhado por profissional médico designado pela Câmara Municipal de Lagoa de Prata que avaliará a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo durante o estágio probatório que emitirá parecer conclusivo com base no § 1º do art. 43 do Decreto Federal n.º 3.298/1999.
- 12.6.** Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas que vierem a surgir durante a validade do Concurso Público, o candidato será excluído da relação de candidatos com deficiência inscritos, mantendo a sua classificação na lista de candidatos de ampla concorrência.

13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1.** A **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e a **FUMARC** eximem-se das despesas e reembolso com deslocamento dos candidatos nos dias de realização das provas, exames, avaliações, contratação de qualquer natureza relativa à participação dos candidatos neste Concurso Público.
- 13.2.** Após a data de homologação do Concurso Público, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre as nomeações dos candidatos aprovados dentro do quantitativo de vagas oferecido pelo endereço eletrônico da **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**.
- 13.3.** Não serão prestadas por telefone ou e-mail informações relativas ao resultado, nota ou classificação deste Concurso Público.
- 13.4.** A eventual disponibilização de atos no endereço eletrônico da **FUMARC** não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público, conforme disposto no item 1.4 e seus subitens.
- 13.5.** A **FUMARC** e **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** não emitirão certificado de aprovação neste Concurso Público, valendo também, como tal, as publicações oficiais ou divulgações.
- 13.6.** Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.
- 13.7.** Não serão considerados os recursos, laudos médicos, pedidos de isenção ou outros documentos encaminhados de outra forma que não esteja prevista, bem como aqueles apresentados fora dos prazos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



determinados neste Edital.

- 13.8.** Não será admitida a complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição de recursos, pedidos de isenção, laudos médicos, títulos e de quaisquer outros documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste Edital, exceto na hipótese prevista no item 10.5.
- 13.9.** Não serão disponibilizadas ao candidato cópias e/ou devolução de laudos médicos, recursos, pedidos de isenção, títulos e/ou de quaisquer outros documentos entregues, ficando a documentação sob a responsabilidade da FUMARC até o encerramento do Concurso Público, quando então serão entregues definitivamente à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, para guarda desse material.
- 13.10.** A FUMARC não fornecerá nenhum exemplar ou cópia de provas relativos a Concursos Públicos ou Processos Seletivos Públicos anteriores para candidatos, autoridades ou instituições de direitos público ou privado.
- 13.11.** A **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e FUMARC não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outros materiais impressos ou digitais referentes às matérias deste Concurso Público ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste Edital e seus anexos.
- 13.12.** A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, pela comissão que acompanha o Concurso Público, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 13.12.1.** Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 13.12 deste Edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo como art.299 do Código Penal.
- 13.13.** É de inteira responsabilidade do candidato manter seu cadastro, incluindo endereço e telefone, atualizado, até a publicação do Resultado Final junto à **FUMARC** e, após homologação e durante o prazo de validade do Concurso Público, através de correspondência endereçada à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, por meio de correspondência registrada, as expensas do candidato, endereçada à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, situada à rua Ângelo Perilo, 35, Centro, em Lagoa da Prata – MG, CEP:35590-048, visando a eventuais convocações, não lhe cabendo qualquer reclamação, caso não seja possível convocá-lo.
- 13.13.1.** A **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e **FUMARC** não se responsabilizam por eventuais falhas no recebimento das correspondências a ele enviadas em decorrência de:
- Insuficiência, falta de atualização, equívoco ou alterações dos dados e endereço por ele fornecidos.
 - Correspondência devolvida pelos Correios por razões diversas de fornecimento e/ou endereço errado do candidato;
 - Correspondência recebida por terceiros.
- 13.13.2.** A atualização de dados pessoais junto à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e à **FUMARC** não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso Público, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.
- 13.14.** Após o término do certame, a **FUMARC** encaminhará toda documentação referente a este Concurso Público à **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, para arquivamento pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, nos termos da Lei no. 19.420/2011.
- 13.15.** Será admitida a impugnação do Edital normativo do Concurso Público interposta impreterivelmente, formalmente escrita, até o quinto dia corrido à data de publicação do Edital e será julgada pela **Câmara Municipal de Lagoa da Prata**, ouvida a **FUMARC**, no que couber.
- 13.15.1.** A impugnação deverá ser dirigida a Comissão do Concurso Público por uma das seguintes formas:



**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

Consolidado após Erratas 01, 02, 03 e 04



- a) presencialmente, na sede da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, situada à rua Ângelo Perilo, 35, Centro, em Lagoa da Prata – MG;
- b) pelo e-mail <camara@lagoadaprata.mg.leg.br>, colocando no assunto: Impugnação Edital Concurso Público Câmara Municipal de Lagoa da Prata.
- c) pelo e-mail <fconcursosatendimento@pucminas.br>, colocando no assunto: Impugnação Edital Concurso Público Câmara Municipal de Lagoa da Prata.
- 13.16.** Ocorrendo fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horário estabelecidos, a **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** reserva-se o direito de adiar o certame, efetuando a comunicação dessa decisão através de publicação oficial e ampla divulgação nos endereços eletrônicos da Câmara Municipal <www.lagoadaprata.mg.leg.br> e da **FUMARC**, <www.fumarc.com.br>.
- 13.17.** Quaisquer casos de alterações orgânicas permanentes ou temporárias, tais como estados menstruais, indisposições, trabalhos de parto ou outros que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas ou diminuam ou limitem sua capacidade física, mental e/ou orgânica não serão aceitos para fins de tratamento diferenciado por parte da coordenação na aplicação das Provas.
- 13.18.** A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso Público.
- 13.19.** Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada e mato complementar ao Edital ou aviso a ser publicado na forma prevista neste Edital.
- 13.20.** Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados oficialmente nos endereços eletrônicos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata <www.lagoadaprata.mg.leg.br> e do Diário da Associação Mineira de Municípios <www.diariomunicipal.com.br/amm-mg> e divulgado no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br>.
- 13.21.** Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão de acompanhamento do Concurso Público constituída pela **Câmara Municipal de Lagoa da Prata** e pela **FUMARC**, no que a cada uma couber.
- 13.22.** Integram este Edital os seguintes Anexos:
- a) **Anexo I** – Conteúdos Programáticos e Sugestões Bibliográficas;
- b) **Anexo II** – Requerimento para Devolução de Taxa de Inscrição.

Lagoa da Prata, 18 de dezembro de 2023.

Vereador Antônio Justino Filho
Presidente da Câmara Municipal de Lagoa da Prata

ANEXO I
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

OBSERVAÇÃO: A bibliografia sugerida não limita nem esgota o programa. Serve apenas como orientação para a banca elaboradora de provas e para os candidatos.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO MÉDIO)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica.
5. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
6. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
7. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares).
8. Crase.
9. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
10. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio.

LÍNGUA PORTUGUESA (ENSINO SUPERIOR)

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos.
2. Conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos.
3. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
4. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica.
5. Estrutura dos vocábulos e processos de formação de palavras: elementos mórficos (radical, afixo desinência, vogal temática de verbo e nome, fonema de ligação, radicais gregos e latinos), derivação, composição, hibridismo e outros processos não incluídos na Nomenclatura Gramatical Brasileira - NGB.
6. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.
7. Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas.
8. Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares). Concordância ideológica (silepse).
9. Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal.
10. Crase.
11. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise.
12. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Moderna, 1990.
BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional.
CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Ed. Nacional, 1998.
CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.
CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino fundamental e médio.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023

RACIOCÍNIO LÓGICO (ENSINO MÉDIO)

Estruturas lógicas; Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões; Lógica sentencial (ou proposicional); Proposições simples e compostas; Diagramas lógicos; Operações com conjuntos; Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Bibliografia sugerida:

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à Lógica Matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

CESAR, Benjamin; MORGADO, Augusto C. **Raciocínio Lógico - Quantitativo**. 4. ed. São Paulo: Campus Elsevier, 2009. (Série Provas e Concursos).

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto e aplicações**, vol. Único. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

1. Sistema Operacional Windows 10.
2. Libreoffice versão igual ou superior a 7.5:
 - 2.1. Writer: Edição e formatação de textos.
 - 2.2. Calc: Elaboração, cálculos e manipulação de tabelas e gráficos.
3. Navegação na Internet: Google Chrome.

Bibliografia sugerida:

Documentação do Libreoffice: versão igual ou superior a 7.5.

Documentação do Windows 10.

Documentação do Google Chrome.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E REGIMENTO INTERNO (ENSINO MÉDIO E SUPERIOR)

Lei Orgânica do Município de Lagoa da Prata e suas alterações.

<https://sapl.lagoadaprata.mg.leg.br/ta/85/text> ou

https://sapl.lagoadaprata.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2022/5326/lei_organica_municipal_-_nova_consolidada_com_emenda_1-2023.pdf

Regimento Interno da Câmara Municipal de Lagoa da Prata e suas alterações.

<https://sapl.lagoadaprata.mg.leg.br/norma/5390>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO MÉDIO)

AGENTE ADMINISTRATIVO

1. Fundamentos da Administração – Noções Básicas: as organizações e a administração; as organizações e o administrador;
2. Funções Administrativas: Planejamento: fundamentos, tomada de decisões, planejamento estratégico; Organização: fundamentos, responsabilidade, autoridade e delegação. Controle e Direção; Estrutura Organizacional: tipos de estrutura.
3. Administração em serviços: conceitos de serviços; principais tipos; integração serviço/produto; tecnologia da informação em serviços; relação entre serviços e clientes.
4. Administração Pública. Organização Administrativa: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração administrativa.

Bibliografia sugerida:

- CERTO, Samuel C. **A administração moderna**. S. Paulo: Pearson, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- CORRÊA, Henrique L.; GIANESI, Irineu G. N. **Administração estratégica de serviços: operações para a experiência e satisfação do cliente**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- COSTA, Indio da. **Administração pública no século XXI: foco no cidadão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. xii,
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xlii, 1038 p.
- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços: operações, estratégica e tecnologia da informação**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, AMGH, 2014.
- MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública: centralizada e descentralizada**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001. 675p.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xix, 480 p.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 12. São Paulo: Saraiva Jur, 2022
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013
- ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xxvi, 633 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(ENSINO SUPERIOR)

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

1. Fundamentos da Administração - Noções Básicas: as organizações e a administração; as organizações e o administrador; a evolução do pensamento em administração: Abordagem clássica (Administração Científica, Teoria Clássica). Abordagem humanista e comportamental. Abordagem estruturalista da Administração (Teoria Neoclássica, Modelo Burocrático de Organização) Abordagem Sistêmica e Contingencial da Administração (Teoria de Sistemas e Teoria Contingencial).
2. Funções Administrativas: Planejamento: fundamentos, tomada de decisões, planejamento estratégico; Organização: fundamentos, responsabilidade, autoridade e delegação. Controle e Direção; Estrutura Organizacional: tipos de estrutura; Componentes da estrutura organizacional; condicionantes da estrutura organizacional; Avaliação, desenvolvimento e implantação da estrutura organizacional.
3. Análise Administrativa (análise, desenho e melhoria de processos administrativos); gráficos de processamento (fluxograma e funcionograma); layout físico; processos – conceituação, tipos, importância e aplicação; reengenharia, conceituação e sua aplicação nas organizações; manuais administrativos; formulários; sistemas administrativos e de informação;
4. Administração Pública. Princípios de Direito Administrativo. Organização Administrativa: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração administrativa. Compras e contratações na Administração Pública: Lei n. 14.133/2021: modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, licitações, fase interna, termo de referência, projeto básico, fase externa, contratos administrativos, alterações contratuais, gestão e fiscalização de contratos com mão de obra.

Bibliografia sugerida:

- CERTO, Samuel C. **A administração moderna**. S. Paulo: Pearson, 2003.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. total. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2005.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de administração os pilares da gestão no planejamento, organização, direção e controle das organizações para incrementar competitividade e sustentabilidade**. 2. São Paulo Atlas 2021
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.
- COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Á. C. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022.
- COSTA, Indio da. **Administração pública no século XXI: foco no cidadão**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. xii,
- CRUZ, Tadeu. **Manual de técnicas administrativas métodos e procedimentos com formulários**. Rio de Janeiro Atlas 2018
- CRUZ, Tadeu. **Processos organizacionais e métodos**. 5. São Paulo Atlas 2021
- DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012. xxviii, 338 p.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 28. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. xlii, 1038 p.
- HALL, Richard H. **Organizações estrutura, processos e resultados**. São Paulo: Pearson, 2004.
- MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública: centralizada e descentralizada**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2001. 675p.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xix, 480 p.
- MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 12. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Administração de processos: conceitos, metodologias, práticas**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, Filipe. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. xxvi, 633 p.
- SILVA, Ana Catarina Lima. **BPM - Business Process Management: volume 1 : introdução sobre BPM em uma visão integrada e didática para a gestão estratégica de processos de negócio**. São Paulo, SP: Bookess, 2017. 323 p.

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023

CONTROLADOR INTERNO

Contabilidade Geral: Conceito, objetivos, usuários e classificações da contabilidade. Fatos contábeis e alterações no patrimônio líquido. Regimes contábeis: caixa e competência. Escrituração contábil em empresas comerciais, industriais e de serviços e em organizações públicas: procedimentos contábeis, livros contábeis (obrigatórios e facultativos), registros (lançamentos) nos livros contábeis e livros fiscais, conteúdo dos lançamentos, sistemas computadorizados para escrituração contábil. Plano de contas aplicado ao setor público. Princípios contábeis vigentes publicados pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo os princípios contábeis sob a perspectiva do setor público. Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (NBC TG – Estrutura Conceitual – CPC 00 - R2). Ativo, passivo e patrimônio líquido, segundo a Lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, classificação das contas, subgrupos (grupos de contas), reconhecimento, critérios de avaliação. Redução ao valor recuperável de ativos. Subvenção e assistência governamental. Valor justo de ativos e de passivos. Ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de demonstrações contábeis. Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Depreciação, amortização e perda de ativos. Conceituação de receitas, ganhos, despesas, custos e perdas. Receitas: apuração e apropriação das receitas, classificação, tratamento legal, forma de contabilização, observância dos princípios contábeis. Despesas: apuração e apropriação das despesas, classificação e tratamento legal, formas de contabilização, observância dos princípios contábeis. Custos dos produtos/ mercadorias/serviços vendidos: conceitos, formas de apuração e contabilização. Apuração do Resultado, encerramento de exercício social e distribuição do resultado. Demonstrações contábeis (financeiras), segundo a lei nº. 6.404/1976 atualizada e segundo as normas do CFC (Conselho Federal de Contabilidade): conceitos, tipos de demonstrações, conteúdo. Apresentação das Demonstrações Contábeis (NBC TG 26 - R5).

Contabilidade Pública: conceituação, objeto e campo de aplicação da contabilidade no setor público; patrimônio público e sistemas contábeis; planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; transações no setor público e seus reflexos no patrimônio público; registro contábil, segurança da documentação contábil, reconhecimento e bases da mensuração; demonstrações contábeis (balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do resultado econômico, notas explicativas); Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público - definições, objetivos alcance, tipos, conteúdo (elementos), formas de apresentação, inter-relação entre as demonstrações, e obrigatoriedade de apresentação; Bases para a apresentação de demonstrações contábeis; Diferença entre regime de competência e regime de caixa; Plano de contas aplicado ao setor público; Aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; Critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Receita e despesa públicas: Definições e classificações; Estágios (etapas); Procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); Tratamento legal; Forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; Receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; Despesas de exercícios anteriores.

Orçamento Público: Conceito, classificação e tipos; Princípios orçamentários; Ciclo orçamentário; Elaboração do orçamento; Previsões anuais e plurianuais; Exercício financeiro; Créditos adicionais; Orçamento por programas; Diretrizes orçamentárias; Programação financeira e transferências financeiras; Restos a pagar; Dívida pública; Operações de crédito; Normas legais aplicáveis ao Orçamento Público. Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual: finalidade, importância, relação com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública estabelecidas no Plano Plurianual. Conteúdo, forma e processo de elaboração de proposta orçamentária. Orçamento Público: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, previsões anuais e plurianuais, exercício financeiro, créditos adicionais, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, controle da execução, fiscalização e avaliação do orçamento público. Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101/2000. Limitações das Despesas. Despesa com pessoal. Endividamento Público. Relatório de Gestão Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Transparência. Dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Licitações e Contratos que interferem no processo contábil das organizações. Princípios, objetivos e efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento e no processo orçamentário. Mecanismos de transparência fiscal. Relatório de Gestão Fiscal: características e conteúdo. Levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública. Controle interno e controle externo na administração pública.

Auditoria de Demonstrações Contábeis: Objetivos do auditor; Riscos de auditoria; Ceticismo e julgamento profissional do auditor; Planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; Evidências de auditoria; Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023

interno da entidade; Ambiente de controle interno da entidade; Componentes do controle interno; Procedimentos de auditoria em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações. **Administração Pública.** Princípios de Direito Administrativo. Organização Administrativa: administração direta e indireta, descentralização e desconcentração administrativa. Compras e contratações na Administração Pública: modalidades de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação, licitações, fase interna, termo de referência, projeto básico, fase externa, contratos administrativos, alterações contratuais, gestão e fiscalização de contratos com mão de obra. Lei 14.133/21

Bibliografia sugerida:

- ADRIANO, Sérgio. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. 2018. Atlas. ALVES, Aline. Análise das demonstrações financeiras. Porto Alegre. SAGAH 2018.
- ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 32ª ed. Método.
- ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado. 22ª ed. Método.
- ARRUDA, Daniel Gomes; ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da Teoria à Prática. 2020. 3ª edição.
- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro. 11. ed. São Paulo Atlas 2015
- BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 2021. Atlas
- BOYNTON, W.C.; JOHNSON, R.N.; KELL, W.G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Federal nº 4.320/1964 (orçamentos e balanços no setor público)
- BRASIL. Nova Lei de Licitações nº 14.133/2021.
- BRASIL. Lei Federal nº 6.404/76 (e alterações posteriores). Dispõe sobre as sociedades por ações.
- BRASIL. Lei n.º 10.520/2002 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Lei n.º 8666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.
- BRASIL. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa.
- NBC T 19.17 (Ajuste a Valor Presente). NBC TG 04 (Ativo Intangível). NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro). NBC TG 16 (Estoques). NBC TSP 04 (Estoques). NBC TG 27 (Ativo Imobilizado). NBC TSP 07 (ativo imobilizado). NBC TSP 08 (Ativo Intangível).00000 NBC TSP 11 (apresentação das demonstrações contábeis). NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis). NBC TG 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. ed 37. Atlas. 2023.
- CREPALDI, Guilherme Simões; CREPALDI, Sílvio Aparecido. Orçamento público: Planejamento, elaboração e controle. 2013, Saraiva
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36ª ed. Forense.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e MOTTA, Fabricio Motta. Administração Pública e Servidores Públicos. 3ª ed. Revista dos Tribunais. 2022.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e MOTTA, Fabricio Motta. Administração Pública e Servidores Públicos. 3ª ed. 2022.
- FREIRE, André Luiz. Direito dos Contratos Administrativos. Revista dos Tribunais. ed.2023.
- GIACOMONI, J. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2021.
- GIACOMONI, James. Orçamento Governamental - Teoria - Sistema – Processo. 2018. Atlas
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. 2021. Atlas.
- IUDICIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R.; SANTOS, A. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.
- KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012.
- Legislação Federal: Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº. 101/2000, Leis Ordinárias nº 6.404/76 e nº 4320/64.
- LIMA, Diana Vaz de. Orçamento, Contabilidade e Gestão no Setor Público. 2018. Atlas.
- MACHADO Jr., J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. Lei n.º 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.
- MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8. ed. São Paulo. Atlas 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA/MG

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2023**

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2012.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos, 11ª edição. 2018. Atlas.
MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 13ª ed. Saraiva. 2023.
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª edição. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada.
MIRANDA, Henrique Savonitti. Licitações e Contratos Administrativos. Revista dos Tribunais. 2021.
NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria).
NBC TA 200 (objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria). NBC TA 230 (documentação de auditoria). NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno). NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis). NBC TA 315 (riscos de distorção relevante). NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados). NBC TA 500 (evidência de auditoria).
NBC TA 230 (documentação de auditoria).
NBC TA 260 (comunicação com os responsáveis pela governança). NBC TA 265 (comunicação de deficiências de controle interno).
NBC TA 300 (planejamento da auditoria de demonstrações contábeis).
NBC TA 315 (riscos de distorção relevante).
NBC TA 330 (resposta do auditor aos riscos avaliados).
NBC TA 500 (evidência de auditoria).
NBC TG 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).
NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL (Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro).
NBC TSP 34 (Custos no Setor Público).
NEVES, Silvério das, VICECONTI Paulo Viceconti. Contabilidade de Custos - Um Enfoque Direto e Objetivo - 12ª Edição. Saraiva.
PIRES, Gabriel Lino de Paula. Manual de Direito Administrativo. 2ª ed. Revista dos Tribunais. 2021.
PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. São Paulo: Atlas, 2012.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de custos. 2017. Saraiva.
SILVA, José Pereira da. Análise financeira das empresas. 13. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.
SILVA, L.M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. São Paulo: Atlas, 2011.

* * *

